

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS
ECONÔMICAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GIOVANNA SIMÕES PROTO

CICLOS POLÍTICOS E SUA RELAÇÃO COM A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
NO ÂMBITO DA PREFEITURA DE GOIÂNIA

Goiânia - GO

2016

Prof. Dr. Orlando Afonso Valle do Amaral
Reitor da Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Luiz Mello de Almeida Neto
Pró-reitor de Graduação da Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Moisés Ferreira da Cunha
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Júlio Orestes da Silva
Coordenador do curso de Ciências Contábeis

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Simões Proto, Giovanna

Ciclos políticos e sua relação com a execução orçamentária no âmbito da Prefeitura de Goiânia [manuscrito] / Giovanna Simões Proto. - 2016. LXIX, 69 f.

Orientador: Prof. Johnny Jorge de Oliveira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), Ciências Contábeis, Goiânia, 2016.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Ciclos Político-Econômicos. 2. Funções Orçamentárias. 3. Execução Orçamentária. I. de Oliveira, Johnny Jorge, orient. II. Título.

CDU 657

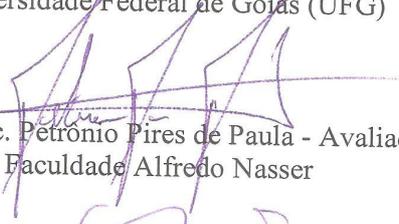
Giovanna Simões Proto

Ciclos políticos e sua relação com a execução orçamentária no âmbito da Prefeitura de Goiânia

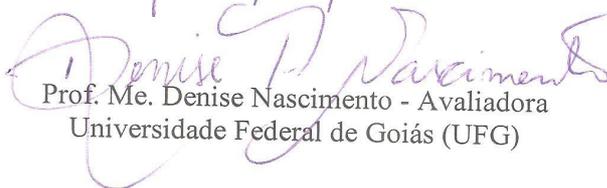
Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) submetido e defendido publicamente na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (Face) da Universidade Federal de Goiás (UFG) como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte Comissão Examinadora:



Prof. Me. Johnny Jorge de Oliveira - Orientador
Universidade Federal de Goiás (UFG)



Prof. Espc. Petronio Pires de Paula - Avaliador
Faculdade Alfredo Nasser



Prof. Me. Denise Nascimento - Avaliadora
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Goiânia (GO), 12 de dezembro de 2016.

GIOVANNA SIMÕES PROTO

**CICLOS POLÍTICOS E SUA RELAÇÃO COM A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
NO ÂMBITO DA PREFEITURA DE GOIÂNIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Ms. Johnny Jorge de Oliveira

Goiânia - GO

2016

DEDICATÓRIA

Aos meus pais que não mediram esforços para estar ao meu lado nesse momento importante da minha vida, pelo amor, cuidado, apoio e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador,

Professor, Johnny Jorge de Oliveira, pela paciência, dedicação, confiança e incentivo para elaboração deste trabalho.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação: Dotação atualizada com dotação inicial e execução da função Educação	29
Tabela 2 – Relação: Dotação atualizada com dotação inicial e execução da função Gestão Ambiental	30
Tabela 3 – Relação: Dotação atualizada com dotação inicial e execução da função Transporte	32
Tabela 4 – Relação: Dotação atualizada com dotação inicial e execução da função Educação	33
Tabela 5 – Relação: Dotação atualizada com dotação inicial e execução da função Gestão Ambiental	35
Tabela 6 – Relação: Dotação atualizada com dotação inicial e execução da função Transporte	36
Tabela 7 – Relação: Dotação atualizada com dotação inicial e execução da função Educação	38
Tabela 8 – Relação: Dotação atualizada com dotação inicial e execução da função Gestão Ambiental	40
Tabela 9 – Relação: Dotação atualizada com dotação inicial e execução da função Transporte	41
Tabela 10 – Relação: Análise Horizontal das dotações e execução da função Educação	43
Tabela 11 – Relação: Análise Horizontal das dotações e execução da função Gestão Ambiental	44
Tabela 12 – Relação: Análise Horizontal das dotações e execução da função Transporte	46
Tabela 13 - Relação: Análise Horizontal das dotações e execução da função Educação	48
Tabela 14 – Relação: Análise Horizontal das dotações e execução da função Gestão Ambiental	49
Tabela 15 – Relação: Análise Horizontal das dotações e execução da função Transporte	51
Tabela 16 – Relação: Análise Horizontal das dotações e execução da função Educação	52
Tabela 17 – Relação: Análise Horizontal das dotações e execução da função Gestão Ambiental	54
Tabela 18 – Relação: Análise Horizontal das dotações e execução da função Transporte	55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Dotação atualizada em relação à dotação inicial e execução em relação à dotação atualizada: função Educação	29
Gráfico 2 – Dotação atualizada em relação à dotação inicial e execução em relação à dotação atualizada: função Gestão Ambiental	31
Gráfico 3 - Dotação atualizada em relação à dotação inicial e execução em relação à dotação atualizada: função Transporte.....	32
Gráfico 4 – Dotação inicial atualizada em relação à dotação inicial e execução em relação à dotação atualizada: função Educação	34
Gráfico 5 - Dotação atualizada em relação à dotação inicial e execução em relação à dotação atualizada: função Gestão Ambiental	35
Gráfico 6 - Dotação atualizada em relação à dotação inicial e execução em relação à dotação atualizada: função Transporte.....	37
Gráfico 7 - Dotação atualizada em relação à dotação inicial e execução em relação à dotação atualizada: função Educação	39
Gráfico 8 - Dotação atualizada em relação à dotação inicial e execução em relação à dotação atualizada: função Gestão Ambiental	40
Gráfico 9 - Dotação atualizada em relação à dotação inicial e execução em relação à dotação atualizada: função Transporte.....	41
Gráfico 10 – Análise Horizontal da função Educação	43
Gráfico 11 – Análise Horizontal da função Gestão Ambiental	45
Gráfico 12 – Análise Horizontal da função Transporte.....	46
Gráfico 13 – Análise Horizontal da função Educação	48
Gráfico 14 – Análise Horizontal da função Gestão Ambiental	50
Gráfico 15 – Análise Horizontal da função Transporte.....	51
Gráfico 16 – Análise Horizontal da função Educação	53
Gráfico 17 – Análise Horizontal da função Gestão Ambiental	54
Gráfico 18 – Análise Horizontal da função Transporte.....	56

LISTA DE ABREVIATURAS

CMEIS – Centros Municipais de Educação Infantil

LAI – Lei de Acesso à Informação

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

PPA – Plano Plurianual

RESUMO

A Lei Complementar nº 101/2000, chamada de Lei de Responsabilidade Fiscal, trouxe a equidade aos órgãos públicos no âmbito federal, estadual e municipal, referente à responsabilidade na gestão fiscal, seguindo limites para o endividamento e gastos com determinadas áreas estabelecidas em Lei. A Teoria dos Ciclos Político-Econômicos trabalha com o pressuposto de que, em épocas eleitorais, há manipulação das políticas econômicas por meio de alocação dos recursos a fim de maximizar votos. O presente estudo teve como objetivo analisar a execução orçamentária da Prefeitura Municipal de Goiânia e sua relação com o ciclo político eleitoral. A metodologia utilizada neste trabalho foi exploratória, descritiva, explicativa, bibliográfica e documental, embasando em estudos anteriores e em documentos publicados pela Prefeitura de Goiânia. Para a base de dados, foram coletadas informações de três funções orçamentárias: Educação, Transporte e Gestão Ambiental entre os anos de 2006 a 2016. Foram excluídos da análise os anos pós-eleitorais, por se tratar de orçamento elaborado pelo governo antecessor, e o ano de 2016, por não conter dados suficientes para a feitura da análise, dado o período em que foi executado este trabalho. Os resultados obtidos indicaram que a relação entre a execução orçamentária da função Educação e os ciclos políticos eleitorais é de aumento conforme a proximidade do período eleitoral. Quanto às funções Transporte e Gestão Ambiental que necessitam um tempo maior para que sejam percebidas as alterações no valor do investimento, estas apresentaram crescimento das despesas nos anos pré-eleitorais. Concluiu-se que há evidências da presença de ciclos político-econômicos nas três funções analisadas dentro do período analisado, já que foi identificada relação entre a execução orçamentária da Prefeitura Municipal de Goiânia e o ciclo político eleitoral.

Palavras-chave: Ciclos Político-Econômicos, funções orçamentárias, execução orçamentária.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 OBJETIVOS	14
1.1.1 Objetivo Geral	14
1.1.2 Objetivos Específicos	14
1.2 JUSTIFICATIVA	14
1.3 RELEVÂNCIA.....	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 TEORIA DOS CICLOS POLÍTICO-ECONÔMICOS	16
2.1.1 Teoria Oportunista Clássica.....	17
2.1.2 Teoria Oportunista Racional.....	17
2.1.3 Teoria Partidária Clássica.....	18
2.1.4 Teoria Partidária Racional	18
2.1.5 Constrangimento ao comportamento oportunista.....	19
2.2 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NO BRASIL	20
2.3 ORÇAMENTO FISCAL	21
2.4 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	22
2.5 FUNÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.....	23
2.6 ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	24
2.7 MANIPULAÇÃO ELEITORAL.....	24
3. METODOLOGIA.....	26
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	28
4.1 ANÁLISE DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EXECUÇÃO	28
4.1.1 Primeiro ciclo político	29
4.1.2 Segundo ciclo político	33
4.1.3 Terceiro ciclo político.....	38
4.2 ANÁLISE HORIZONTAL DA EVOLUÇÃO DAS DOTAÇÕES E EXECUÇÃO	42
4.2.1 Primeiro ciclo político	42
4.2.2 Segundo ciclo político	47
4.2.3 Terceiro ciclo político.....	52
4.3 ANÁLISE DA META FÍSICA	57
4.3.1 Meta física do primeiro ciclo eleitoral.....	58
4.3.2 Meta física do segundo ciclo eleitoral	59

4.3.3 Meta física do terceiro ciclo eleitoral	60
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICE A	69

1. INTRODUÇÃO

A administração pública, dentro de suas atribuições de planejamento, tem o dever de apresentar uma peça orçamentária que estabelece, entre outros, o programa ao qual é destinado o recurso, o órgão e unidade responsáveis pelo orçamento e execução, a especificação das despesas de acordo com a natureza e, por fim, a área de ação do governo.

A Portaria nº 42 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, classifica essas áreas de ação em 28 funções. O recurso destinado a cada função no orçamento, somente deve ser executado de acordo com as despesas relacionadas a esta determinada área. Portanto, é importante ressaltar que o planejamento orçamentário é o que dá base para a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 101/2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), os órgãos públicos, principalmente estaduais e municipais que antes não exerciam conduta fiscal comparáveis aos da União, passaram a ter de seguir limites para o endividamento e gastos com determinadas áreas estabelecidas em Lei, atingindo o cumprimento de metas fiscais.

Nas épocas eleitorais, os candidatos tendem a fazer promessas aos eleitores, chamando a atenção ao que a população mais necessita. Quanto a isto, o governante em mandato vigente pode apresentar vantagem sobre os demais candidatos. A questão é discutível e tema de trabalhos que buscam analisar a hipótese de que há manipulação do planejamento da atividade econômica nos anos eleitorais através da alocação de recursos. O pressuposto tem como base a Teoria dos Ciclos Político-Econômicos que relaciona a situação econômica com as preferências dos eleitores.

Nordhaus (1975, *apud* NETO; FONTES; LIMA)¹ propôs uma teoria de que o governo apresenta políticas oportunistas visando à maximização dos votos, seguindo o princípio de que o eleitor somente considera o momento atual para escolha do seu candidato. O trabalho identificou que o governo utiliza de política expansionista próximo ao ano eleitoral e contracionista após a eleição.

Rogoff (1990, *apud* PREUSSLER; PORTUGAL, 2003) também constatou um modelo oportunista, porém neste, é creditado ao eleitor o racionalismo, alegando que as informações disponíveis não são suficientes para o mesmo detectar a boa gestão do governo. Assim, o autor considera que o ciclo político ocorre com aumento do investimento em áreas mais observáveis pelos eleitores e redução da carga tributária no momento próximo às eleições.

¹Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/12/06O329.pdf>> Acesso em: 11 abr. 2016.

Este estudo analisou os dados de orçamento e execução de três das funções orçamentárias: Educação, Transporte e Gestão Ambiental, estabelecidos pela Prefeitura de Goiânia, entre os anos de 2006 a 2016. A pesquisa teve como referência a temática e metodologia utilizada no trabalho de Neto, Fontes e Lima² cujo título é: Teoria dos ciclos político-econômicos – um estudo empírico para Minas Gerais.

Diante do contexto exposto, este trabalho buscou responder à seguinte questão: Qual a relação entre execução orçamentária e os ciclos políticos eleitorais no município de Goiânia?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral da pesquisa foi analisar a execução orçamentária da Prefeitura Municipal de Goiânia e sua relação com o ciclo político eleitoral.

1.1.2 Objetivos Específicos

Como objetivos específicos, a pesquisa buscou:

- identificar o comportamento no orçamento das funções orçamentárias Educação, Transporte e Gestão Ambiental, advindo da proximidade das eleições municipais;
- avaliar a execução orçamentária de acordo com a perspectiva alocativa das funções acima descritas.

1.2 JUSTIFICATIVA

O presente estudo se justifica pelo cunho social que ele propõe. Os eleitores são facilmente convencidos quando percebem, mesmo que no curto prazo, uma melhoria nos serviços que mais lhes convêm. É considerável apresentar se existe um vínculo entre uma melhoria nos setores mais solicitados pelos cidadãos e o ano eleitoral.

A população tem o dever de fazer sua parte no controle social, exigindo representantes que não estejam no poder apenas por interesse político, mas para exercer as funções que a eles foram atribuídas.

A participação social fortalece as políticas públicas, garantindo maior eficiência na aplicação dos recursos públicos de acordo com as necessidades de cada área. Ao tomar uma

²Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/12/06O329.pdf>> Acesso em: 11 abr. 2016.

decisão sobre a política pública, o gestor não leva em consideração apenas sua visão, mas também daqueles que participam apresentando as requisições de interesse público.

Para que o controle social seja eficaz na melhoria do desenvolvimento das políticas públicas, é necessário que os representantes da sociedade conheçam as particularidades da política pública em pauta para conseguir debater com o Estado, defendendo o que convém à população, sendo indispensável que esses tenham ciência dos seus direitos e de como podem intervir nas políticas públicas. A cobrança dos instrumentos de controle social, que pode ser feita, por exemplo, por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI) e do Orçamento Participativo, assim como a transparência das informações do poder público, deve ser feita também pela sociedade, garantindo um efetivo controle. O aprendizado é de forma contínua e permanente, onde as pessoas passam a entender a burocracia, os prazos do poder público, entre outras formalidades. Nos casos em que as autoridades do Estado não cumprem a lei que prevê a participação da sociedade na gestão pública, pode-se requerer a atuação do Ministério Público que tem a função de defender o que é de direito dos cidadãos.

1.3 RELEVÂNCIA

Faz-se relevante o tema desta pesquisa, porque, por parte desta autora, não foram encontrados trabalhos publicados analisando os ciclos políticos do estado de Goiás, especificamente para a cidade de Goiânia e, ainda, pela atual conjuntura econômica do país com déficit orçamentário crônico, como veremos na seção 2.1.5.

A possibilidade de analisar o comportamento dos gestores da cidade de Goiânia com base em evidências traz ao cidadão um respaldo maior no momento de eleger seus gestores. O meio acadêmico possui grandes formadores de opinião e cabe a estes a disseminação da informação, com responsabilidade, para a comunidade geral. Através dos resultados encontrados neste trabalho foi possível iniciar essa análise, cabendo a continuidade do estudo, dado à limitação do período analisado.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Albuquerque (2008, *apud* FLACH)³, a teoria Keynesiana indica a utilização de déficits orçamentários como solução para a crise econômica. O orçamento público passa a apresentar desequilíbrio com déficits por longo prazo, garantindo uma ascensão na economia financiada por investimentos públicos, subsídios diretos e outros incentivos fiscais. A adoção dessa política, ainda conforme Keynes, deveria ser temporária. Após o período mais crítico da crise, o governo voltaria a atuar com o equilíbrio fiscal para não correr riscos de ser penalizado com as políticas fiscais e a alta da inflação, sendo que as formas de financiar esse déficit são por meio de emissão de moeda, de aumento da carga tributária ou por meio de empréstimos, o que faria a sociedade arcar com essa dívida futuramente.

Para Silva (1973, *apud* FLACH)⁴, o déficit seria utilizado no período de depressão para a produção de uma expansão na economia e, quando da ascensão, os superávits obtidos seriam destinados ao pagamento das dívidas e formação de um fundo de reserva, causando um efeito compensatório. Segundo ele, a preocupação deve ser com o equilíbrio da economia como um todo e não com o equilíbrio do orçamento público, pois se a economia estiver em expansão, o desequilíbrio orçamentário não será efetivo.

O orçamento é de extrema importância à população. Além da responsabilidade do gestor público em fazer a fixação correta das despesas estimadas para o período, há também a participação da sociedade que deve fiscalizar se os recursos estão sendo destinados como o prometido pelo governo nas campanhas políticas, podendo puni-lo, através do voto, por exemplo, caso não esteja, visto que vivemos em um meio democrático.

A teoria dos ciclos político-econômicos aborda a possibilidade de este orçamento, e sua posterior execução, serem utilizados como estratégia por parte dos gestores para conquistar os votos dos eleitores.

2.1 TEORIA DOS CICLOS POLÍTICO-ECONÔMICOS

A Teoria dos Ciclos Político-Econômicos diz respeito à hipótese de que há manipulação por parte dos políticos nas políticas econômicas, a fim de obterem vantagens em anos eleitorais. Esta teoria possui quatro modelos: Teoria Oportunista Clássica, Teoria Oportunista Racional, Teoria Partidária Clássica e Teoria Partidária Racional.

³Disponível em: http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/institucional/esgc/biblioteca_eletronica/artigos/Artigo_D%C9FICIT%20ZERO-Final2.pdf Acesso em: 27 ago. 2016.

⁴*Ibidem*

2.1.1 Teoria Oportunista Clássica

Teoria Oportunista Clássica foi o modelo estudado por Nordhaus (1975, *apud* NETO; FONTES; LIMA)⁵, um dos pioneiros no assunto. Segundo ele, os políticos agem de forma oportunista, executando uma política expansionista no período pré-eleitoral e contracionista no período pós-eleitoral. O autor parte da premissa de que os políticos manipulam o eleitor através, principalmente, da combinação entre o nível da taxa de inflação e do desemprego, mostradas pela curva de Phillips⁶ no curto prazo. O motivo da ocorrência deste trade-off é que uma economia que opera com baixa taxa de desemprego, com setores sindicalizados, implica em uma maior demanda por trabalho e exigências de melhores salários, o que afeta os níveis de preços (inflação). Em suma, há uma redução do desemprego antes do período de eleição devido à pressão inflacionária. Após o período de eleição ocorre o aumento do desemprego, visto que será necessário adotar uma política contracionista para compensar a manipulação na economia executada anteriormente. A existência de um trade-off entre o nível de emprego na economia e a taxa de inflação leva em conta que os políticos têm total controle sobre a política econômica e suas variáveis.

Nesta visão, os eleitores são míopes e irracionais, ou seja, não analisam a situação econômica do passado e levam em consideração para as urnas apenas a condição presente da economia. Essa falta de fiscalização e entendimento do trade-off entre inflação e desemprego, acaba favorecendo o político que adota uma política oportunista para benefício próprio, deixando de lado a responsabilidade para com a população.

2.1.2 Teoria Oportunista Racional

A Teoria Oportunista Racional leva em consideração que os eleitores são racionais, porém não têm conhecimentos suficientes sobre a eficiência e desempenho do governo, porque monitorar e avaliar as ações orçamentárias do administrador exige um custo elevado. Além disso, os eleitores não se sentem motivados para realizar tal trabalho, já que podem estimar a competência do governante sem nenhum custo. Rogoff e Sibert (1988, *apud* PREUSSLER; PORTUGAL, 2001) consideram que há uma desigualdade de informações entre os políticos e eleitores. Sendo assim, o governante vigente aumenta os gastos públicos nas áreas de maior visibilidade popular e reduz os impostos para mostrar eficiência na administração dos recursos públicos.

⁵ Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/12/06O329.pdf>> Acesso em: 11 abr. 2016.

⁶ A curva de Phillips é um gráfico que representa a relação de trade-off entre o desemprego e a inflação no curto prazo.

Seguindo esse pressuposto de um ambiente com assimetria de informação, apenas um administrador competente consegue gerar um ciclo político orçamentário, trazendo os benefícios clamados pela população a um custo de menor tributação.

2.1.3 Teoria Partidária Clássica

O modelo de Hibbs (1977, *apud* GOBBI, 2001) vai ao encontro do modelo Oportunista Clássico, que aborda o trade-off apresentado pela curva de Philips entre o desemprego e a inflação. A diferença para a Teoria Partidária Clássica é que esta considera que o partido político influencia na tomada de decisões políticas, pois o governo age de acordo com as ideologias formadas pelo seu partido.

Conforme este modelo, o ciclo político-econômico ocorre devido à mudança dos diferentes partidos no poder. Após pesquisa realizada pelo autor, constatou-se que os partidos de direita tendem a preocupar mais com a questão da inflação, ao contrário dos partidos de esquerda que procuram dar atenção ao problema do desemprego. Por isso, as classes sociais altas escolhem os partidos de direita, enquanto que os assalariados de classes sociais mais baixas optam pelos partidos de esquerda, que estão preocupados em manter o emprego da população. Assim, o partido escolhido pela maioria usará a ideologia partidária como referência para a tomada de decisões políticas.

2.1.4 Teoria Partidária Racional

Alesina (1987, *apud* GOBBI, 2001) segue em seu trabalho a expectativa racional e considera que há incerteza por parte dos eleitores, apresentando uma abordagem diferente das já presentes na literatura nos modelos tradicionais partidários.

A teoria do autor avalia a Curva de Phillips incluindo as expectativas racionais, onde o político tem a capacidade de decidir a combinação de inflação e desemprego mais viável para aplicação em seu partido. Nos anos de eleição, os eleitores geram expectativas para os anos seguintes, baseando-se somente na probabilidade que cada partido tem de vencer, ou seja, não tomam suas decisões de acordo com a política adotada por esses partidos.

Dessa forma, o modelo retira de foco a questão do ciclo oportunista, já que nesta abordagem a presença do partido político no poder é que decidiria a política econômica a ser praticada.

2.1.5 Constrangimento ao comportamento oportunista

A teoria dos ciclos político-econômicos traz como principal contribuição o conhecimento de que o governante em mandato vigente utilizará instrumentos para se manter no poder. Estudos que apresentam um modelo racional como o de Alesina (1987, *apud* GOBBI, 2001) e de Rogoff e Sibert (1988, *apud* PREUSSLER; PORTUGAL, 2001), apontam que o gestor irá, principalmente, manipular a política fiscal da maneira que melhor lhe favorecer nas eleições. Nesta perspectiva, estudos recentes vêm buscando novos meios que os gestores públicos podem utilizar para apresentar um resultado mais satisfatório junto aos eleitores.

O orçamento público exerce um papel de extrema importância na função de constranger o comportamento oportunista advindos de gestores públicos. Uma maior transparência e controle sobre esta ferramenta intimidam este tipo de comportamento. Ocorre que, um estudo feito por Melo e Pereira (s/d, *apud* COSTA; ARAÚJO; FITTIPALDI, 2012)⁷ identificou que na América Latina o Poder Legislativo desempenha um papel secundário quanto ao processo orçamentário, devendo ser fortalecido para que o Executivo não usufrua com abuso de poder. Portanto, a rigidez orçamentária não garante um maior controle sobre o Poder Executivo, já que, conforme comprovado pelo estudo destes autores, em boa parte dos países da América Latina o Executivo é o responsável pelo orçamento. Os autores defendem que a competição política é importante para a eficácia do controle externo sobre o orçamento e que o interesse dos cidadãos pelo orçamento e a transparência do mesmo, propiciam um controle maior sobre o orçamento e sobre o Executivo.

Ao ser identificado um comportamento oportunista, uma série de providências podem ser tomadas para evitar que esta mesma conduta seja repetida no futuro. A manipulação monetária e das políticas fiscais com objetivo de manter um determinado governo no poder, traz efeitos não só para a democracia, mas também para o cenário econômico do Estado.

Avelino e Barberia (2010, *apud* COSTA; ARAÚJO; FITTIPALDI, 2012) fizeram um estudo sobre a América Latina usando indicadores de política fiscal, gasto público total e receita total, com o objetivo de verificar se democracias jovens são mais suscetíveis a ciclos político-econômicos àquelas maduras. Concluiu-se que a política fiscal na América Latina é mais vulnerável aos ciclos políticos quando no seu estado inicial e que o ciclo é efetivado na forma de déficit fiscal por consequência da redução de receita, havendo uma política expansionista dos gastos públicos apenas no período próximo às eleições.

⁷Disponível em: <http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/12_7_2012_18_59_47.pdf>
Acesso em: 8 jun. 2016.

O estudo de Souza (2008, *apud* COSTA; ARAÚJO; FITTIPALDI, 2012) mostrou que a Lei de Responsabilidade Fiscal no Brasil provocou uma mudança, em parte, do comportamento dos gestores públicos, apresentando uma redução no déficit dos estados. Porém, destaca que algumas contas públicas continuaram sendo influenciadas pela proximidade das eleições e que os governantes passaram a utilizar da contabilidade criativa como forma de manobra para esquivar da LRF. A supremacia do Poder Executivo é concretizada pela falta de controle do Legislativo sobre o orçamento e nas emendas parlamentares, onde os próprios legisladores não podem gerar despesas além do previsto nas diretrizes do Plano Plurianual (PPA) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

2.2 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NO BRASIL

O orçamento público, de acordo com Bezerra Filho (2008), é um instrumento de planejamento dos órgãos de Administração Pública onde são evidenciadas as receitas previstas e despesas fixadas que poderão ser realizadas pelo ente, em um determinado período, com o objetivo de executar os programas do governo (incluindo ações de manutenção e investimentos). Ou seja, exige uma atuação contínua para que este orçamento seja executado conforme o planejado, atendendo às necessidades da população e desempenhando o papel que é de competência do Estado.

O Decreto-Lei nº 200/67 dispõe sobre a organização da Administração Federal, que compreende entes da Administração Direta e Indireta, instituindo o dever de controle por parte deste Poder. Conforme redação:

- Art. 7º A ação governamental obedecerá a planejamento que vise a promover o desenvolvimento econômico-social do País e a segurança nacional, norteados-se segundo planos e programas elaborados, na forma do Título III, e compreenderá a elaboração e atualização dos seguintes instrumentos básicos:
- a) plano geral de governo;
 - b) programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual;
 - c) orçamento-programa anual;
 - d) programação financeira de desembolso

Orçamento-Programa é o responsável por apresentar onde serão aplicados os recursos financeiros, seguindo uma programação e um planejamento coordenados, conforme Araújo e Arruda (2006). Ainda de acordo com os autores, o orçamento-programa envolve quatro etapas: planejamento, programação, projeto e orçamentação. Para o processo da composição do orçamento, a Constituição Federal do Brasil de 1988 dispõe como instrumentos de planejamento o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais.

O Plano Plurianual tem vigor de quatro anos, entrando em vigência no segundo ano de mandato do atual governante até o primeiro mandato do subsequente. Ele estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias orienta a elaboração e execução do orçamento anual. Compreende as metas e prioridades da Administração Pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente. Dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) compreende, conforme parágrafo 5º do artigo 165 da Constituição Federal de 1988:

- I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

2.3 ORÇAMENTO FISCAL

Giacomoni (2010) afirma que, com o modelo da Lei Orçamentária Anual contendo três divisões de orçamentos, será possível o fortalecimento das finanças federais, ação importante para a adoção de um programa de controle efetivo destas finanças, não apenas no quesito administrativo-financeiro, mas também no contexto político, com a participação do Poder Legislativo na superação das dificuldades das finanças federais.

Presente na LOA, o orçamento fiscal, conforme texto da Constituição Federal já apresentado na seção anterior, é referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. Ele representa o plano de ação fiscal realizado pelo governo para o exercício financeiro, com detalhes das receitas que poderão ser arrecadadas pelo Estado, instituído o exercício de fiscalizador, entre outras, como também suas aplicações em programas governamentais (ARAÚJO; ARRUDA, 2004).

Com a Lei de Responsabilidade Fiscal, fica obrigado não só à União, mas também aos Estados e Municípios, obedecer a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

2.4 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Segundo Giacomoni (2007, p. 294 *apud* FARIA, 2009, p. 165):

A lei orçamentária é organizada na forma de créditos orçamentários, aos quais estão consignadas dotações. Em consequência da imprecisão com que são utilizadas na legislação, é comum o emprego das expressões crédito orçamentário e dotação como sinônimos. Na realidade, o crédito orçamentário é constituído pelo conjunto de categorias classificatórias e contas que especificam as ações e operações autorizadas pela lei orçamentária. No âmbito do orçamento federal brasileiro, a partir do exercício de 2000, o crédito orçamentário individualizado compreende o seguinte conjunto de categorias classificatórias presentes na lei orçamentária: Grupo de Despesa, Identificador de Uso, Fonte de Recursos, Modalidade de Aplicação, Categoria Econômica, Subtítulo, Projeto ou Atividade ou Operação Especial, Programa, Função, Unidade Orçamentária e Órgão. Por seu turno, dotação é o montante de recursos financeiros com que conta o crédito orçamentário.

De acordo com Costa (2016, p. 114), a dotação orçamentária é “a medida, valor ou quantificação monetária do recurso aportado no orçamento a determinado programa”. Ainda, conforme Faria (2009, p. 165), “pode ser definida como o limite financeiro atribuído ao crédito orçamentário da Lei de Orçamento ou aos créditos adicionais”.

Silva (2012) define execução orçamentária como a utilização dos créditos constantes na Lei Orçamentária e a execução financeira, como sendo a utilização de recursos financeiros, valores arrecadados, com o objetivo de atender às ações de governo atribuídas às Unidades Orçamentárias.

Dentro da classificação da despesa orçamentária, a Lei Federal nº 4.320/64, em seus anexos, e a Portaria nº 42/1999, estabelece os critérios: Institucional, Funcional, Estrutura Programática e Natureza da Despesa.

De acordo com Silva (2004), a classificação institucional corresponde aos órgãos e unidades orçamentárias que se agrupam conforme serviço subordinado ao mesmo órgão a que serão designadas dotações próprias.

Bezerra Filho (2008) trata a classificação funcional como uma classificação independente dos programas. É composta por funções e subfunções predeterminadas e serve para agrupar os gastos públicos de acordo com a área de ação governamental, nas três esferas.

A função é o maior nível de agregação das várias áreas de atuação do setor público. No geral, a função tem relação com a missão institucional do órgão. A subfunção evidencia cada área da atuação do governo, por meio da agregação de certo subconjunto de despesas e identificação da natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções (SILVA, 2012).

A estrutura programática é composta por programas com a finalidade de atender os objetivos antes definidos no PPA. De acordo com a Portaria nº 42/99 do Ministério do

Orçamento e Gestão, cada ente estabelecerá suas estruturas de programas, códigos e identificação, seguindo as determinações nela contidas. O programa é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para concretização de um objetivo comum preestabelecido, visando solucionar um problema ou atender às necessidades de uma população. As ações são operações que têm como resultados produtos, bens ou serviços que contribuem para atender ao objetivo do programa. Podem ser também as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros Entes da Federação, pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições e financiamentos.

Por fim, a natureza da despesa é composta por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e elemento de despesa. A natureza da despesa é complementada pela modalidade de aplicação, a qual indica se os recursos são aplicados diretamente por ente da mesma esfera e Governo ou por outro órgão. Há, também, o desdobramento do elemento de despesa que é facultativo.

2.5 FUNÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

A classificação funcional-programática é estabelecida por meio da mesma Portaria nº 42/99 citada na seção anterior. Essa divisão tem como objetivo facilitar o entendimento da destinação dos gastos públicos, tornar mais prática a classificação desses gastos, dar transparência ao orçamento-programa, possibilitar uma maior conexão entre o plano plurianual e os orçamentos anuais e ressaltar a função de planejamento e orçamento, além de atualizar a estrutura do orçamento-programa às necessidades da administração pública (ARAÚJO; ARRUDA, 2004).

A Portaria nº 42/99 define função como sendo o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público executar. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão estabelecer suas estruturas de programas, códigos e identificação, respeitados os conceitos e determinações da Portaria supracitada. A subfunção é uma divisão da função que visa agregar determinado subconjunto de despesa do setor público. O padrão estabelecido pela Portaria compreende 28 funções e 109 subfunções.

Dessa forma, o orçamento-programa passa a ser um instrumento de divulgação das ações a serem realizadas pelo governo, facilitando a fiscalização e controle da execução deste orçamento, destinando os recursos às suas respectivas áreas previamente definidas.

2.6 ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A análise de demonstrações contábeis, ou análise de balanços, gera informações relevantes acerca da influência da proximidade das eleições na execução orçamentária, além de auxiliar no processo de análise de tendências. A técnica a ser utilizada é a Análise Vertical/Horizontal. Segundo Iudícibus (2010, p. 90), “as análises horizontal e vertical são muito importantes como etapa preparatória à análise por quocientes propriamente dita”.

Matarazzo (2010) define que a análise vertical é feita calculando o percentual de cada conta das demonstrações financeiras em relação a um valor-base. O objetivo desta análise é avaliar a importância de cada conta na estrutura da demonstração financeira e comparar com dados anteriores da própria empresa ou até mesmo de outra empresa do mesmo setor (MATARAZZO, 2010). O mesmo autor diz que a análise horizontal se baseia na evolução de cada conta ao longo dos anos e o objetivo desta é permitir tirar conclusões, através da comparação, sobre o desenvolvimento da empresa.

2.7 MANIPULAÇÃO ELEITORAL

Sakurai (2008) busca em seu artigo investigar evidências de ciclos eleitorais e partidários nos municípios brasileiros no período de 1990 a 2005. Os resultados indicam ciclos eleitorais mais significantes nas funções saúde e saneamento, habitação e urbanismo, assistência e previdência e transportes e, também, inexistência destes ciclos em algumas funções, como agricultura e legislativa. Quanto aos ciclos partidários, o artigo mostrou influência dos partidos sobre a alocação dos recursos, mas de forma relativa e específica em algumas funções. É importante salientar que esse trabalho não analisará questões partidárias, dado o curto período de tempo utilizado e a não exatidão nas definições doutrinárias dos partidos brasileiros.

Ainda tratando de estudo voltado à constatação de evidências de ciclos político-econômicos, o trabalho de Oliveira e Carvalho (2009) analisa o comportamento das prefeituras do estado do Rio de Janeiro, relacionando gastos públicos com o calendário eleitoral. No período analisado, de 1998 a 2006, os resultados para o objetivo principal da pesquisa mostraram influência (estatisticamente) significativa sobre o comportamento dos prefeitos, com aumento de despesas no período eleitoral, especificamente nas funções Transporte e Despesas Legislativas, sendo estas as que mais sofreram manipulações eleitorais.

O trabalho de Frossard e Oliveira (2013) descreve o processo de acompanhamento orçamentário que traz à sociedade a transparência na utilização dos recursos públicos, visto

que ele mostra a efetivação do gasto e o respectivo produto ofertado para a população. O objetivo do acompanhamento da execução física e financeira é mostrar informações úteis para o desenvolvimento das ações orçamentárias e, assim, dar suporte à elaboração da prestação de contas, cumprindo a função de trazer transparência à população.

3. METODOLOGIA

A pesquisa é exploratória, visando proporcionar um maior conhecimento sobre o tema, através de levantamento bibliográfico. Descritiva, pois descreveu o comportamento encontrado nos dados que foram coletados nos balanços orçamentários da Prefeitura de Goiânia. Explicativa, com o intuito de explicar as variações na execução do orçamento. Bibliográfica e documental, embasando em estudos anteriores e em documentos relevantes disponibilizados pela Prefeitura de Goiânia.

Para a base de dados, foram coletadas informações de três funções orçamentárias: Educação, Transporte e Gestão Ambiental. A escolha foi feita de forma discricionária dentre as funções mais observáveis e significantes no âmbito da cidade de Goiânia. Foram utilizadas as variáveis referentes às despesas previstas e executadas no período relacionado aos três últimos ciclos políticos, compreendendo os anos de 2006, 2007, 2008, 2010, 2011, 2012, 2014 e 2015. Como pode ser percebido, os exercícios correspondentes aos anos que sucedem à eleição foram desconsiderados, em razão de que o orçamento a ser aplicado nestes anos é do governo antecessor, deixando de ser relevante para a análise proposta. Também, o ano de 2016, apesar de ser ano eleitoral, foi descartado da amostra porque os dados foram coletados no segundo semestre do exercício e o balanço orçamentário, obviamente, não havia sido consolidado.

Como exemplo de variáveis pode ser citado a construção de novas escolas dentro da função Educação, a pavimentação e conservação de vias urbanas na função Transporte e a conservação de áreas ambientais na função Gestão Ambiental.

Os três ciclos foram analisados separadamente, visando perceber se houve um grau de dependência das variáveis com a proximidade do ano eleitoral.

A coleta ocorreu por meio de levantamento e tabulação de dados publicados nos balanços orçamentários da Prefeitura de Goiânia, nos ciclos definidos na pesquisa.

Como instrumento de análise foi aplicada estatística descritiva que, segundo Freund e Simon (2000, p. 16), “compreende o manejo dos dados para resumi-los ou descrevê-los, sem ir além, isto é, sem procurar inferir qualquer coisa que ultrapasse os próprios dados”. Como dados estatísticos, foram utilizados média e desvio-padrão. Conforme o mesmo autor supracitado, a média é a medida de tendência central mais popular e é calculada dividindo a soma dos números pela quantidade de números do conjunto de dados. Já o desvio-padrão é a medida de variação mais utilizada. Se os dados estiverem concentrados em torno da média, é dito que a dispersão dos dados é pequena, portanto, o desvio-padrão será menor. Se os dados

estiverem muito afastados da média, a dispersão dos dados é grande e, conseqüentemente, o desvio-padrão será maior (FREUND; SIMON, 2000).

A hipótese testada é a de que há oportunismo político implícito no instrumento orçamento, apresentando um aumento na execução das despesas no período anterior às eleições, indicando uma política expansionista nesses anos.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção buscou comparar os dados apresentados nos três ciclos políticos que compreende os anos de 2006 a 2016, excluídos os anos pós-eleitorais e o ano de 2016, e analisar se a execução do orçamento tem relação com a proximidade das eleições. As variáveis utilizadas são da dotação prevista, dotação atualizada e execução da despesa das funções Educação, Transporte e Gestão Ambiental. Foram retirados dos cálculos os valores referentes à Administração Geral, quando existentes, por não fazerem parte da atividade operacional da entidade. Os dados foram coletados nos Diários Oficiais presentes no site da Prefeitura de Goiânia.

A primeira análise feita é da relação entre a dotação inicial com a dotação atualizada e a execução de cada uma das funções em cada ciclo político. Vale ressaltar que a dotação atualizada apresenta o valor da dotação inicial somado de créditos adicionais abertos durante o exercício, descontadas as anulações e cancelamentos (MCASP, 2014). A segunda análise refere-se à análise horizontal das dotações e sua execução, tendo como ano-base o segundo ano posterior à eleição, onde inicia efetivamente a execução do plano orçamentário do governo eleito.

É importante destacar que a análise dos resultados se além à proposta descrita no primeiro parágrafo em virtude do fator de limitação imposto pela não disponibilidade de avaliações dos dados socioeconômicos e, ainda, dos extratos de comportamento em períodos eleitorais dos cidadãos em geral.

4.1 ANÁLISE DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EXECUÇÃO

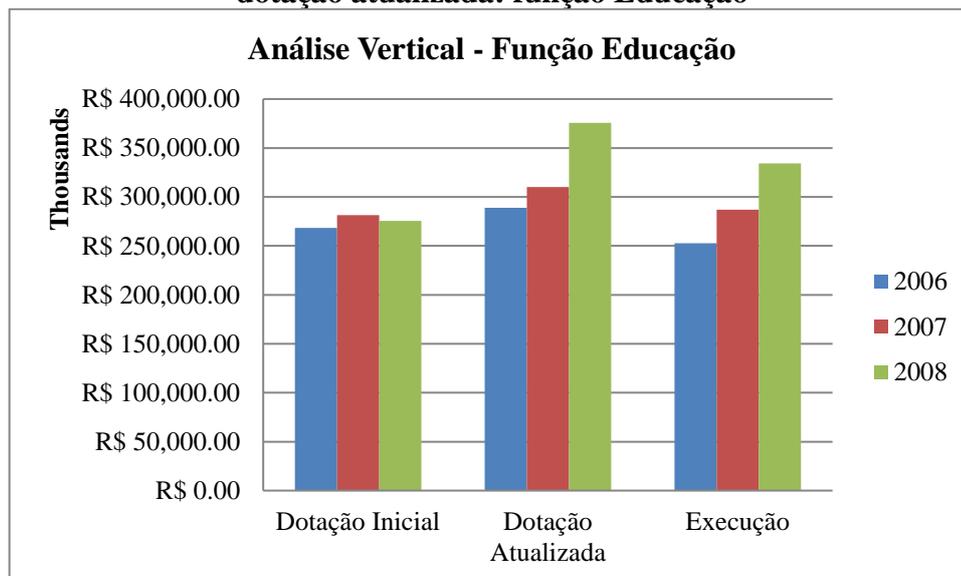
A teoria dos ciclos político-econômicos, já apresentada anteriormente, supõe que os governantes aumentam os investimentos nas áreas de maior percepção pelos eleitores para que estes tenham a impressão de um governo eficiente.

4.1.1 Primeiro ciclo político

Tabela 1 – Relação: Dotação atualizada com dotação inicial e execução da função Educação

1º ciclo						
Função: Educação	2006		2007		2008	
	Valor monetário	AV (%)	Valor monetário	AV (%)	Valor monetário	AV (%)
Dotação Inicial	R\$ 268.459.200,00	100%	R\$ 281.305.000,00	100%	R\$ 275.454.000,00	100%
Dotação Atualizada	R\$ 288.994.358,76	108%	R\$ 310.127.808,60	110%	R\$ 375.752.181,52	136%
Execução	R\$ 252.535.989,66	87%	R\$ 286.778.060,15	92%	R\$ 334.128.165,40	89%
Variáveis	Média			Desvio-Padrão		
2006	R\$ 269.996.516,14			R\$ 18.277.737,14		
2007	R\$ 292.736.956,25			R\$ 15.307.511,42		
2008	R\$ 328.444.782,31			R\$ 50.390.047,99		

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

Gráfico 1 – Dotação atualizada em relação à dotação inicial e execução em relação à dotação atualizada: função Educação

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

Dentre as três funções analisadas, a Educação é a que possui mais recursos alocados neste primeiro ciclo e a que apresentou maior execução em relação ao que havia sido previsto, conforme Tabela 1, sendo de 87% no primeiro ano, 92% no segundo ano e 89% no ano de 2008, ano eleitoral. O Gráfico 1 mostra o comportamento das variáveis dotação atualizada em relação à dotação inicial e a execução em relação à dotação atualizada da função Educação.

A dotação atualizada apresenta, no ano de 2006, um aumento de 8% em relação à dotação inicial do mesmo ano. Porém, o investimento realizado nesse ano sequer atingiu o

valor da dotação prevista inicialmente, sendo 13% menor que a dotação atualizada. No ano de 2007, a dotação atualizada é 10% superior que a dotação inicial, apresentando, nesse ano uma execução 8% menor que a dotação atualizada. O ano eleitoral possui uma dotação atualizada 36% maior que o orçamento inicial. A execução deste ano é apenas 11% menor que a dotação atualizada, sendo, de forma geral, a maior execução em termos monetários dos 3 anos desse primeiro ciclo, apesar da redução da porcentagem de 2007 para 2008 quando analisada a relação com sua dotação atualizada.

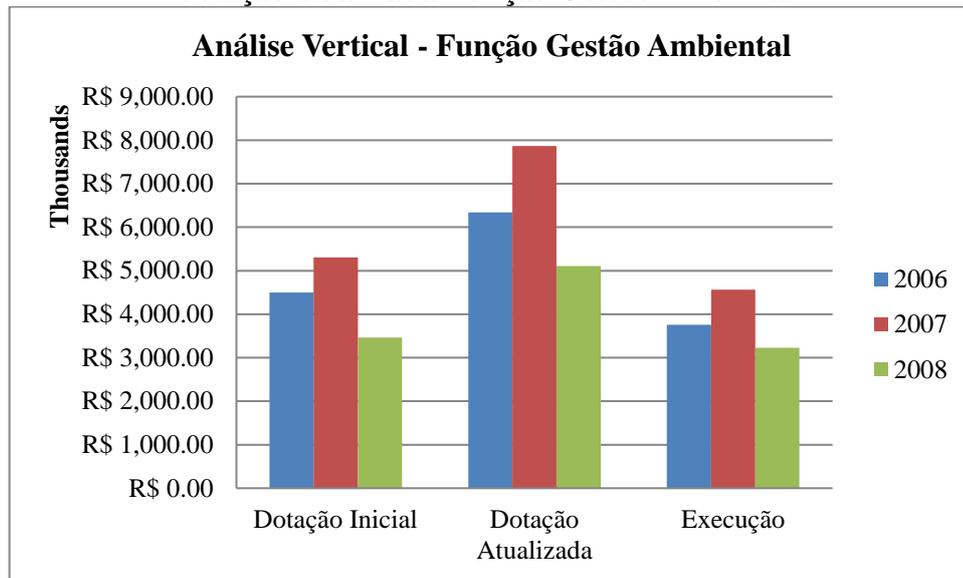
A segunda parte da Tabela 1 traz, ainda, dados estatísticos com a média dos anos para cada uma das três variáveis, sendo os anos de 2006, 2007 e 2008 e o desvio-padrão das quantias de cada ano. A média dos valores da dotação inicial, dotação atualizada e execução do ano de 2006 representou um valor muito próximo ao da dotação inicial deste ano, onde a dotação atualizada influencia o valor da média para cima, sendo ela a maior dentre as dotações e a execução. Para o ano de 2007, a média encontrada foi mais próxima do valor da execução, sendo que a dotação atualizada interfere para cima na média, a qual é 10% maior que o valor da dotação inicial. A execução neste ano é 8% menor que a dotação atualizada, assim, o desvio-padrão acaba sendo menor em 2007 que no ano de 2006, porque as quantias monetárias estão mais próximas entre si. No ano eleitoral, a média também representou um valor mais próximo da execução. O que influenciou a média para baixo foi a dotação inicial, a quantia mais distante da média. A discrepância nos números deste ano elevou o desvio-padrão, representando um valor mais que três vezes superior ao do ano anterior.

Tabela 2 – Relação: Dotação atualizada com dotação inicial e execução da função Gestão Ambiental

1º ciclo						
Função: Gestão Ambiental	2006		2007		2008	
	Valor monetário	AV (%)	Valor monetário	AV (%)	Valor monetário	AV (%)
Dotação Inicial	R\$ 4.496.000,00	100%	R\$ 5.307.000,00	100%	R\$ 3.465.000,00	100%
Dotação Atualizada	R\$ 6.340.056,16	141%	R\$ 7.864.025,82	148%	R\$ 5.103.549,63	147%
Execução	R\$ 3.758.409,23	59%	R\$ 4.564.500,63	58%	R\$ 3.228.057,26	63%
Variáveis	Média		Desvio-Padrão			
2006	R\$ 4.864.821,80		R\$ 1.329.754,62			
2007	R\$ 5.911.842,15		R\$ 1.730.922,34			
2008	R\$ 3.932.202,30		R\$ 1.021.311,12			

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

Gráfico 2 – Dotação atualizada em relação à dotação inicial e execução em relação à dotação atualizada: função Gestão Ambiental



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

No Gráfico 2, a função Gestão Ambiental apresenta a dotação atualizada mais que 40% superior ao valor da dotação inicial durante os três anos. Porém, ao analisarmos o valor da execução, vemos que o mesmo é inferior à dotação atualizada, sendo 41% menor no ano de 2006, aumentando esta diferença para 42% em 2007, chegando a 2008 com 37% do valor executado menor que a dotação atualizada. Apesar da redução nessa diferença entre orçado e executado, o ano de 2008, ano eleitoral, foi o que apresentou menor investimento, conforme Tabela 2, se comparado com os outros dois anos, relação que veremos mais detalhadamente na seção 4.2.1.

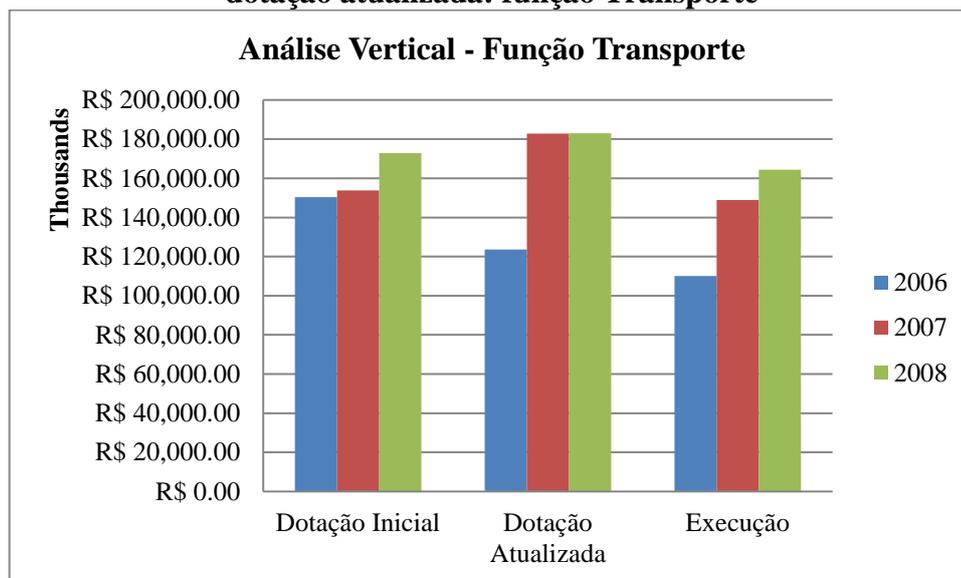
Quanto aos dados estatísticos, a média dos valores de 2006 apresentou um valor muito próximo ao da dotação inicial do mesmo ano, sendo que a dotação atualizada é a principal responsável por influenciar a média para cima, porque é 41% superior à dotação inicial. A média do ano de 2007 na função Gestão Ambiental deste ciclo representou a maior, juntamente com o desvio-padrão. A média ficou mais próxima da dotação inicial, porém a dotação atualizada interferiu bastante para a alta desse valor. A baixa execução completa o alto índice de variação demonstrado no desvio-padrão. O mesmo acontece no ano de 2008 com relação à média, onde ela se aproxima do valor da dotação inicial e sua dotação atualizada é mais alta, sendo 47% maior. A divergência representada pelo desvio-padrão não é tão alta quanto do ano anterior, porque a execução foi realizada a um valor próximo do orçamento previsto inicialmente.

Tabela 3 – Relação: Dotação atualizada com dotação inicial e execução da função Transporte

1º ciclo						
Função: Transporte	2006		2007		2008	
	Valor monetário	AV (%)	Valor monetário	AV (%)	Valor monetário	AV (%)
Dotação Inicial	R\$ 150.347.000,00	100%	R\$ 153.834.000,00	100%	R\$ 172.934.000,00	100%
Dotação Atualizada	R\$ 123.694.407,05	82%	R\$ 182.788.865,47	119%	R\$ 182.951.814,49	106%
Execução	R\$ 110.099.548,71	89%	R\$ 148.883.126,79	81%	R\$ 164.391.557,23	90%
Variáveis	Média		Desvio-Padrão			
2006	R\$ 128.046.985,25		R\$ 20.473.715,75			
2007	R\$ 161.835.330,75		R\$ 18.314.359,10			
2008	R\$ 173.425.790,57		R\$ 9.289.896,71			

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

Gráfico 3 - Dotação atualizada em relação à dotação inicial e execução em relação à dotação atualizada: função Transporte



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

A área do Transporte no ano de 2006, conforme Gráfico 3, é a única que teve queda da dotação inicial para a atualizada. Isso se deu à grande queda de recursos destinados às subfunções infraestrutura urbana, recuperação de áreas degradadas e transporte rodoviário. A única subfunção de atividade operacional que teve aumento em seu orçamento foi a de serviços urbanos, que inclui serviços de varrição e coleta de lixo. Ainda assim, a redução no orçamento não foi numericamente prejudicial, de acordo com a Tabela 3, porque o valor executado neste ano foi 11% menor que a dotação atualizada e a redução total na dotação foi de 18%. Para os anos de 2007 e 2008, a dotação foi atualizada para um valor maior que o

inicial e sua execução foi inferior à dotação atualizada em ambos os anos, porém crescente, conforme será explicado na seção 4.2.1 referente à análise horizontal dos dados deste primeiro ciclo das três funções propostas.

A função Transporte apresentou neste ciclo a maior evidência de interesse eleitoreiro até o momento. A discrepância nos valores de cada ano, representada pelo desvio-padrão, é decrescente, mostrando que no ano de 2008 os valores das dotações e da execução têm uma divergência pouco significativa, se comparada aos outros dois anos. A média deste ano acaba por ficar bem próxima ao valor da dotação inicial, sendo que a dotação atualizada a influencia para cima. No ano de 2006, tem-se a menor média, representando um valor próximo ao da dotação atualizada que é 18% inferior à dotação inicial. Devido a isto e à baixa execução, o desvio-padrão é maior, principalmente quando comparado aos desvios-padrões dos anos posteriores. Em 2007, a média representou um valor próximo ao da dotação inicial, onde a dotação atualizada influencia na elevação do índice, já que é 19% superior à dotação inicial.

4.1.2 Segundo ciclo político

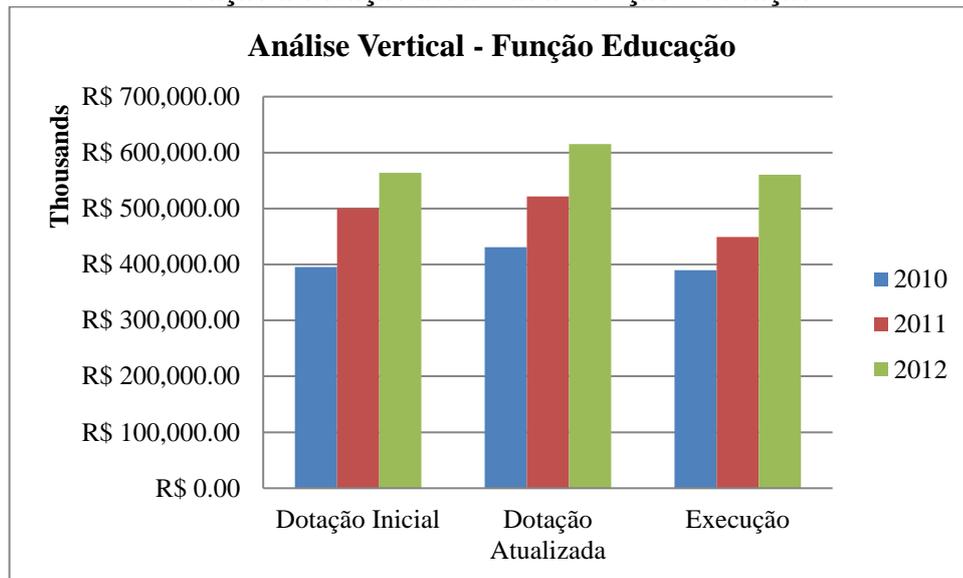
O segundo ciclo político abrange o período de 2010 a 2012, sendo este último o ano eleitoral.

Tabela 4 – Relação: Dotação atualizada com dotação inicial e execução da função Educação

2º ciclo						
Função: Educação	2010		2011		2012	
	Valor monetário	AV (%)	Valor monetário	AV (%)	Valor monetário	AV (%)
Dotação Inicial	R\$ 395.579.000,00	100%	R\$ 500.365.000,00	100%	R\$ 564.021.000,00	100%
Dotação Atualizada	R\$ 430.706.412,97	109%	R\$ 521.641.205,00	104%	R\$ 615.050.134,89	109%
Execução	R\$ 390.019.289,37	91%	R\$ 448.860.042,61	86%	R\$ 560.254.532,34	91%
Variáveis	Média		Desvio-Padrão			
2010	R\$ 405.434.900,78		R\$ 22.061.609,00			
2011	R\$ 490.288.749,20		R\$ 37.422.219,63			
2012	R\$ 579.775.222,41		R\$ 30.606.962,57			

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

Gráfico 4 – Dotação inicial atualizada em relação à dotação inicial e execução em relação à dotação atualizada: função Educação



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

Na Tabela 4 estão evidenciados os valores que foram gastos durante esses três anos. É perceptível que os gastos com a educação são crescentes em termos monetários, porém em 2011 sofre uma queda percentual quando comparado ao valor da dotação atualizada.

Em relação à dotação aprovada pela LOA, a dotação atualizada é maior nos três anos. Quanto à execução, os valores são inferiores se comparados aos atualizados na dotação, sendo, conforme Gráfico 4, 9% inferior no ano de 2010, chegando a 14% em 2011, voltando aos 9% de diferença no ano eleitoral.

Os dados estatísticos mostram na segunda parte da Tabela 4 que, no ano de 2010 a média representou um valor pouco superior que o da dotação inicial, sendo influenciada para cima pela dotação atualizada que teve um aumento de 9% quando comparada com a previsão inicial. A execução deste ano é 9% inferior à sua dotação atualizada, mostrando, juntamente com a porcentagem da relação citada anteriormente, a baixa discrepância nos valores das dotações e da execução neste ano de 2010. Essa baixa discrepância pode ser percebida quando comparado o desvio-padrão deste ano com os dos dois anos seguintes. Ele representou o menor valor dentre os três anos. Em 2011, a média apresentou o mesmo comportamento do ano anterior, ficando próxima ao orçamento previsto inicialmente e sendo influenciada para cima pelo valor da dotação atualizada. Já com relação ao desvio-padrão, acontece neste ano o contrário do ano de 2010. Apesar de a diferença da dotação inicial para a dotação atualizada ser de apenas 4%, o valor da execução no ano de 2011 foi 14% inferior que sua dotação atualizada, fazendo com que o desvio-padrão deste ano tenha sido o maior dentre os três. Para

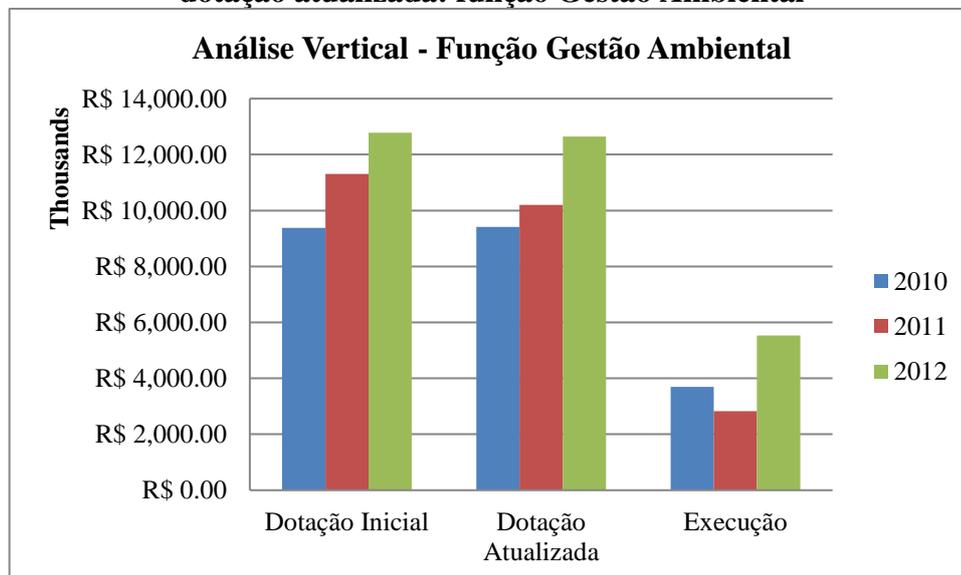
o ano eleitoral a situação da média é semelhante à dos anos anteriores e seu desvio-padrão, apesar de calculado com dados que representaram as mesmas porcentagens nas relações citadas para o ano de 2010, os valores do ano de 2012 foram bastante superiores, tanto das dotações quanto da execução, denotando uma evidência de oportunismo eleitoral.

Tabela 5 – Relação: Dotação atualizada com dotação inicial e execução da função Gestão Ambiental

2º ciclo						
Função: Gestão Ambiental	2010		2011		2012	
	Valor monetário	AV (%)	Valor monetário	AV (%)	Valor monetário	AV (%)
Dotação Inicial	R\$ 9.379.000,00	100%	R\$ 11.310.000,00	100%	R\$ 12.781.000,00	100%
Dotação Atualizada	R\$ 9.412.669,69	100%	R\$ 10.200.706,50	90%	R\$ 12.648.000,00	99%
Execução	R\$ 3.698.142,45	39%	R\$ 2.827.707,69	28%	R\$ 5.531.153,86	44%
Variáveis	Média				Desvio-Padrão	
2010	R\$ 7.496.604,05				R\$ 3.289.607,32	
2011	R\$ 8.112.804,73				R\$ 4.610.512,02	
2012	R\$ 10.320.051,29				R\$ 4.147.839,94	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

Gráfico 5 - Dotação atualizada em relação à dotação inicial e execução em relação à dotação atualizada: função Gestão Ambiental



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

Neste segundo ciclo o investimento previsto inicialmente para a Gestão Ambiental sofre pouca alteração no ano de 2010 quando comparado à sua dotação atualizada, evidenciado na Tabela 5. Nos anos de 2011 e 2012, a dotação atualizada apresenta queda de

10% e 1%, respectivamente. A execução em relação a sua dotação atualizada não apresenta um comportamento uniforme, mas apresenta uma baixa execução nos três anos em termos percentuais, demonstrado no Gráfico 5. No ano de 2011, a subfunção preservação e conservação ambiental foi a única que recebeu recursos e ainda assim foram menores quando comparado à 2010. Em 2012 o investimento nesta subfunção aumenta significativamente e ainda há um pequeno investimento na área de controle ambiental. Em termos monetários, o investimento para esta área neste segundo ciclo foi maior que no primeiro ciclo, considerando os dados da Tabela 5. Pode ser percebido que no ano eleitoral há um significativo aumento nas despesas dessa área, o que vem a ser um indício de oportunismo político.

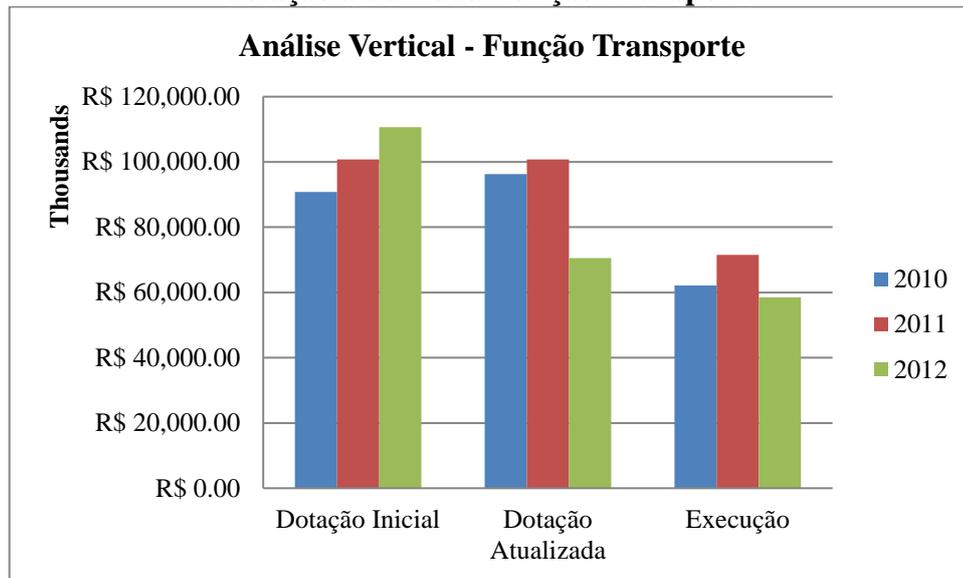
Os dados estatísticos mostram que o ano de 2010 possui a menor média e o menor desvio-padrão. Isso se deu, principalmente, ao fato de que a dotação atualizada é estatisticamente semelhante à dotação inicial. Por isso, a média é influenciada para cima por conta das dotações e para baixo por conta da execução que foi 61% menor que a dotação atualizada. Em 2011, a média fica mais próxima da dotação atualizada que, também, é pouco diferente da dotação inicial, apresentando um valor 10% menor. A discrepância é maior devido à baixa execução deste ano, sendo 72% menor que a dotação atualizada, o que explica melhor o fato de o ano de 2011 ter o maior desvio-padrão dos três anos. O ano de 2012 apresenta uma média com o comportamento parecido ao da média de 2010, onde a dotação atualizada é diferente em apenas 1% da dotação inicial e a influência para baixo vem da execução que, apesar de ter sido 56% menor que a dotação atualizada, foi a maior execução dentre os três anos.

Tabela 6 – Relação: Dotação atualizada com dotação inicial e execução da função Transporte

2º ciclo						
Função: Transporte	2010		2011		2012	
	Valor monetário	AV (%)	Valor monetário	AV (%)	Valor monetário	AV (%)
Dotação Inicial	R\$ 90.795.000,00	100%	R\$ 100.771.000,00	100%	R\$ 110.660.000,00	100%
Dotação Atualizada	R\$ 96.226.691,20	106%	R\$ 100.785.620,05	100%	R\$ 70.572.028,02	64%
Execução	R\$ 62.167.602,03	65%	R\$ 71.521.644,25	71%	R\$ 58.492.963,39	83%
Variáveis	Média		Desvio-Padrão			
2010	R\$ 83.063.097,74		R\$ 18.298.691,84			
2011	R\$ 91.026.088,10		R\$ 16.891.345,44			
2012	R\$ 79.908.330,47		R\$ 27.307.962,85			

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

Gráfico 6 - Dotação atualizada em relação à dotação inicial e execução em relação à dotação atualizada: função Transporte



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

A Tabela 6 mostra que a dotação atualizada em relação à dotação inicial aumentou em 6% no ano de 2010 e se manteve estatisticamente a mesma no segundo ano, com um aumento monetário de R\$ 14.620,05. No ano de 2012 apresentou queda que é explicada pela redução na dotação das subfunções infraestrutura urbana e transportes coletivos urbanos. Em contrapartida, a área de serviços urbanos recebeu um aumento de recursos.

A dotação atualizada no ano de 2010 apresenta aumento de 6% em relação à dotação prevista anteriormente. Em 2011 a dotação permanece igual estatisticamente e sofre uma queda de 37% no ano de 2012, conforme já descrito anteriormente. Quanto à execução permanece crescente em termos percentuais, quando comparada à sua dotação atualizada. Nesta análise, os dados são contrários ao que diz a teoria dos ciclos político econômicos, porque há redução na execução no ano eleitoral, tendo um aumento apenas no ano pré-eleitoral, o que será analisado mais detalhadamente no final da subseção 4.2.2.

A média para o ano de 2010, representada na segunda parte da Tabela 6, foi mais próxima da dotação inicial deste ano, tendo interferência para baixo da execução. Os valores das dotações são relativamente próximos, sendo a dotação atualizada 6% maior que a dotação inicial, porém, a execução é 35% menor que a dotação atualizada, o que faz com que o desvio padrão aumente. Em 2011, os valores das dotações são estatisticamente iguais, o que faz com que a média permaneça próxima a estes valores, já que a execução se apresentou 29% menor que a dotação atualizada (porcentagem menor quando comparada com o ano anterior), o que

influencia a média para baixo. O desvio-padrão foi o menor dentre os três anos. O ano eleitoral, 2012, apresentou uma média próxima ao valor da dotação atualizada, onde a dotação inicial influencia o dado estatístico para cima e a execução puxa para baixo. A maior significância neste ano está no desvio-padrão que foi bastante superior que os outros dois anos. A discrepância dos valores se encontra nas duas relações, tanto da dotação atualizada com a inicial, sendo a primeira 36% menor que a segunda, quanto da dotação atualizada com a execução, onde a segunda se apresentou 17% menor que a primeira, o menor investimento para a área de Transporte dentro deste ciclo.

4.1.3 Terceiro ciclo político

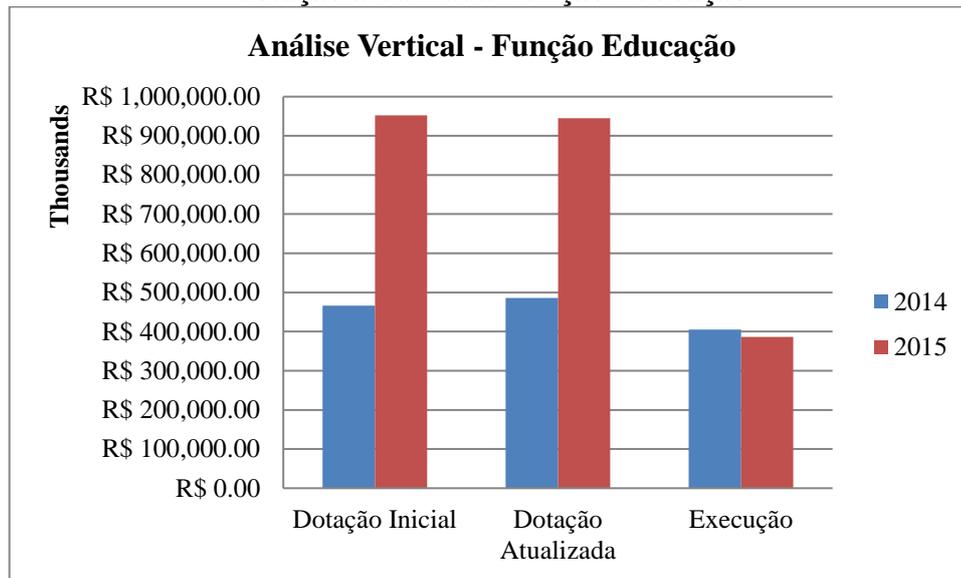
O terceiro ciclo político compreende o período de 2014 a 2016. Devido à limitação de dados e ao período em que este trabalho foi executado, não foi possível analisar o ano eleitoral de 2016. Portanto, a análise deste ciclo será para os dados dos anos de 2014 e 2015.

Tabela 7 – Relação: Dotação atualizada com dotação inicial e execução da função Educação

3º ciclo				
Função: Educação	2014		2015	
	Valor monetário	AV (%)	Valor monetário	AV (%)
Dotação Inicial	R\$ 466.096.000,00	100%	R\$ 951.937.000,00	100%
Dotação Atualizada	R\$ 486.207.355,35	104%	R\$ 944.850.802,93	99%
Execução	R\$ 405.413.735,77	83%	R\$ 386.196.043,94	41%
Variáveis	Média		Desvio-Padrão	
2014	R\$ 452.572.363,71		R\$ 42.060.299,51	
2015	R\$ 760.994.615,62		R\$ 324.604.421,64	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

Gráfico 7 - Dotação atualizada em relação à dotação inicial e execução em relação à dotação atualizada: função Educação



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

A dotação atualizada para o ano de 2014 na função Educação aumentou 4% em relação a sua dotação inicial, conforme os valores monetários da Tabela 7. A execução nesse ano foi 17% menor que a dotação atualizada. No ano de 2015 a situação é diferente, visto que a dotação atualizada é menor que a dotação inicial em 1%, enquanto que sua execução é drasticamente menor que o previsto, o que fica evidenciado no Gráfico 7. A execução foi 59% menor que a dotação atualizada deste ano. A subfunção que mais representa essa baixa execução em relação ao orçamento previsto é a educação infantil, conforme será exposto na subseção 4.2.3.

Os dados estatísticos da função Educação deste ciclo apresentam valores curiosos, cabendo a análise para o ano de 2016, quando houver a possibilidade de coleta dos dados. O ano de 2014 apresentou uma média próxima ao valor da dotação inicial, sendo que a dotação atualizada interfere puxando esse valor para cima, porém, a diferença para a execução é maior, o que mantém a média pouco mais baixa que o orçamento inicial. Já em 2015, a discrepância nos valores é grande. A média sequer se aproxima de alguma das quantias. A diferença nas dotações é pequena. A execução apresenta um valor muito abaixo do orçado, 59% menor que a dotação atualizada, o que influencia na média para baixo. O desvio-padrão traz um valor próximo ao da execução, o que nos faz supor que houve alguma anormalidade na previsão orçamentária e/ou na aplicação dos recursos.

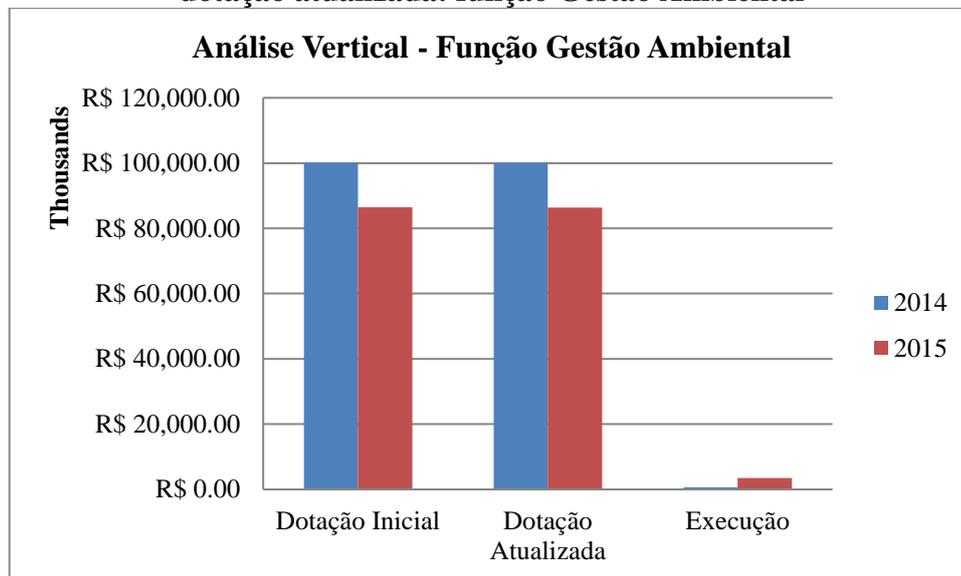
Diferente do primeiro e segundo ciclos, a execução na função Educação não foi crescente, interrompendo o comportamento que havia seguido até aqui.

Tabela 8 – Relação: Dotação atualizada com dotação inicial e execução da função Gestão Ambiental

3º ciclo				
Função: Gestão Ambiental	2014		2015	
	Valor monetário	AV (%)	Valor monetário	AV (%)
Dotação Inicial	R\$ 100.078.000,00	100%	R\$ 86.417.000,00	100%
Dotação Atualizada	R\$ 100.078.000,00	100%	R\$ 86.408.000,00	100%
Execução	R\$ 692.186,90	1%	R\$ 3.485.092,67	4%
Variáveis	Média		Desvio-Padrão	
2014	R\$ 66.949.395,63		R\$ 57.380.425,95	
2015	R\$ 58.770.030,89		R\$ 47.878.161,16	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

Gráfico 8 - Dotação atualizada em relação à dotação inicial e execução em relação à dotação atualizada: função Gestão Ambiental



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

Podemos concluir que, apesar da propaganda de uma cidade sustentável, o governo de Goiânia pouco investe na Gestão Ambiental. Em 2014 vemos através da Tabela 8 que a dotação atualizada não sofre alteração se comparada à dotação inicial do mesmo ano. Quanto à execução, conforme representação no Gráfico 8, é insignificante perante o valor disponibilizado para este fim, com 1% desse valor executado. Todo o valor gasto foi investido apenas na subfunção preservação e conservação ambiental.

Para o ano pré-eleitoral de 2015, a dotação atualizada é ainda um pouco menor que a inicial. Apesar de as dotações serem menores quando comparadas às respectivas dotações do ano de 2014, a execução se dá em 4% em relação à sua dotação atualizada. A discrepância na proporção dos valores é visualmente perceptível no Gráfico 8.

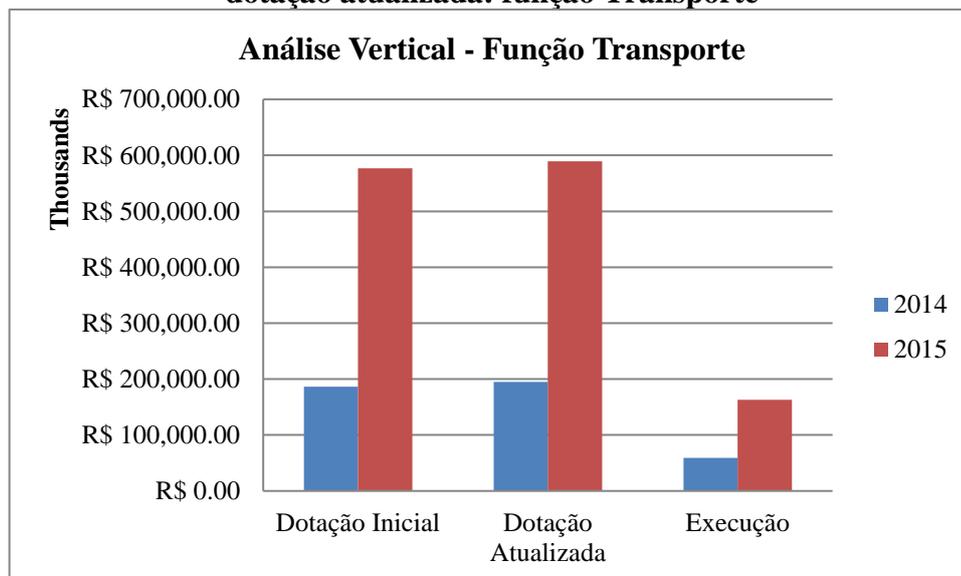
Pelos dados da Tabela 8, logo percebemos a similaridade estatística nas situações de ambos os anos. As médias se apresentaram destoantes de todos os respectivos valores relacionados (dotação inicial, dotação atualizada e execução). A média é puxada para baixo, em ambos os casos, pela baixa execução, quando comparada às suas dotações. O desvio-padrão do ano de 2014 se apresentou ainda maior que 2015, porque a execução é 99% menor que a dotação atualizada, enquanto que no ano de 2015, a execução é 96% que sua dotação atualizada.

Tabela 9 – Relação: Dotação atualizada com dotação inicial e execução da função Transporte

3º ciclo				
Função: Transporte	2014		2015	
	Valor monetário	AV (%)	Valor monetário	AV (%)
Dotação Inicial	R\$ 186.220.000,00	100%	R\$ 576.868.000,00	100%
Dotação Atualizada	R\$ 194.892.076,73	105%	R\$ 589.394.085,23	102%
Execução	R\$ 59.049.987,18	30%	R\$ 162.906.574,77	28%
Variáveis	Média		Desvio-Padrão	
2014	R\$ 146.720.687,97		R\$ 76.048.767,65	
2015	R\$ 443.056.220,00		R\$ 242.697.535,00	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

Gráfico 9 - Dotação atualizada em relação à dotação inicial e execução em relação à dotação atualizada: função Transporte



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

A função Transporte apresenta em 2014 um crescimento da dotação inicial para a dotação atualizada de 5%, conforme Tabela 9. Em relação à execução, esta se apresentou 70% menor que a dotação atualizada para esse ano.

Apesar de a relação entre a dotação inicial e a atualizada do ano de 2015 ter apresentado uma redução quando comparada à relação do ano de 2014, é visível o aumento em termos monetários de um ano para o outro, representado no Gráfico 9. A execução deste ano foi 72% menor que sua dotação atualizada, porém foi significativamente maior que a execução do ano de 2014.

A função Transporte neste ciclo apresentou valores executados muito abaixo dos valores das dotações. A média, tanto do ano de 2014 quanto do ano de 2015, não representou valores próximos aos das respectivas dotações e execução. Isso se deu devido à baixa execução, o que influencia a média para baixo. Quanto ao desvio-padrão, este foi menor no ano de 2014, o que pode ser explicado simplesmente pelo fato de que os valores apresentados, de forma geral, no ano de 2014 são menores que os valores apresentados no ano de 2015, já que as porcentagens referentes às relações dos valores são praticamente as mesmas.

4.2 ANÁLISE HORIZONTAL DA EVOLUÇÃO DAS DOTAÇÕES E EXECUÇÃO

Os dados desta seção trazem os valores referentes à dotação inicial, dotação atualizada e execução dos ciclos políticos com uma relação porcentual da evolução destas nos três anos, tendo como base o primeiro ano em que foi aplicada efetivamente a política econômica do gestor eleito na eleição anterior.

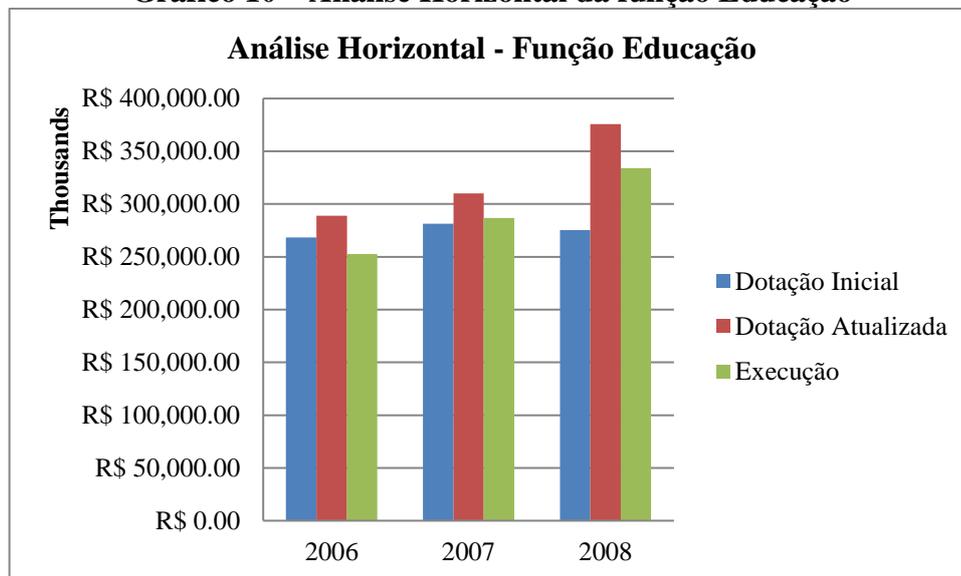
4.2.1 Primeiro ciclo político

O ano-base para análise deste primeiro ciclo foi o ano de 2006, ano em que o candidato eleito no ano de 2004 aplicou sua política econômica, executando seu PPA que entrou em vigor nesse ano.

Tabela 10 – Relação: Análise Horizontal das dotações e execução da função Educação

1º ciclo						
Função: Educação	2006		2007		2008	
	Valor monetário	AH (%)	Valor monetário	AH (%)	Valor monetário	AH (%)
Dotação Inicial	R\$ 268.459.200,00	100%	R\$ 281.305.000,00	105%	R\$ 275.454.000,00	103%
Dotação Atualizada	R\$ 288.994.358,76	100%	R\$ 310.127.808,60	107%	R\$ 375.752.181,52	130%
Execução	R\$ 252.535.989,66	100%	R\$ 286.778.060,15	114%	R\$ 334.128.165,40	132%
Variáveis	Média		Desvio-Padrão			
Dotação Inicial	R\$ 275.072.733,33		R\$ 6.431.381,47			
Dotação Atualizada	R\$ 324.958.116,29		R\$ 45.240.285,94			
Execução	R\$ 291.147.405,07		R\$ 40.971.199,24			

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

Gráfico 10 – Análise Horizontal da função Educação

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

Analisando a função Educação no Gráfico 10, temos que a dotação inicial cresceu 5% de 2006 para 2007, porém não manteve o crescimento constante até 2008, apresentando um aumento de 3% em relação ao ano-base. A situação da dotação atualizada já é diferente. Esta se manteve crescente até 2008, chegando a 30% superior ao ano de 2006. A partir daí, podemos começar a observar a confirmação da teoria, o que fica ainda mais evidente quando analisamos a evolução da execução, sendo facilmente observável na Tabela 10, onde há um comportamento de progressão advindo da proximidade das eleições em 2008. O grande responsável por esse aumento de 14% na execução da despesa de 2006 para 2007 foi o salto no investimento com o ensino fundamental da cidade de Goiânia, passando de R\$ 217 milhões para R\$ 267 milhões. O investimento em alimentação e nutrição também teve

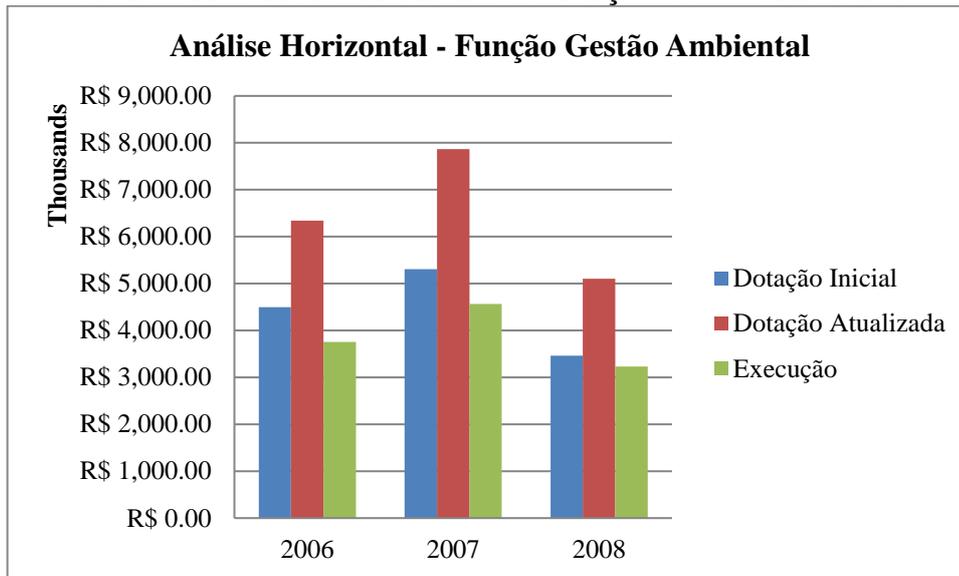
aumento de um ano para o outro, porém não tão expressivo. Em 2008, tem-se uma execução 32% maior comparada ao ano-base. Ao analisarmos as subfunções, vemos que mais de 96% dos gastos na educação (levando em consideração os gastos operacionais) no ano de 2008 foram com o ensino fundamental. A educação infantil, a educação de jovens e adultos e a área de alimentação e nutrição foram as que apresentaram redução nos gastos de 2006 para 2008. Em termos gerais, a teoria dos ciclos político-econômicos se comprova nesses dados analisados. No trabalho de Sakurai (2008) não foi observada significância para a manipulação eleitoral nessa função.

Na análise horizontal, os dados estatísticos trazem as médias e desvios-padrões das dotações e da execução de cada ciclo. A primeira variável representou uma média próxima ao valor da dotação inicial do ano de 2008, significando que o ano de 2007, ao ser o ano com maior valor de dotação inicial, influencia para cima a média do valor a princípio orçado. Com relação à média da dotação atualizada, o que percebemos é que há um distanciamento em relação ao ano de 2008, sendo que o ano de 2006 influencia significativamente o valor da média para baixo, sendo a variação de 30% do ano de 2006 para 2008. A execução representou uma média próxima ao valor executado no ano de 2007, onde o ano de 2008 interfere na média para cima, tendo este ano 32% a mais de investimento quando comparado a 2006.

Tabela 11 – Relação: Análise Horizontal das dotações e execução da função Gestão Ambiental

1º ciclo						
Função: Gestão Ambiental	2006		2007		2008	
	Valor monetário	AH (%)	Valor monetário	AH (%)	Valor monetário	AH (%)
Dotação Inicial	R\$ 4.496.000,00	100%	R\$ 5.307.000,00	118%	R\$ 3.465.000,00	77%
Dotação Atualizada	R\$ 6.340.056,16	100%	R\$ 7.864.025,82	124%	R\$ 5.103.549,63	80%
Execução	R\$ 3.758.409,23	100%	R\$ 4.564.500,63	121%	R\$ 3.228.057,26	86%
Variáveis	Média		Desvio-Padrão			
Dotação Inicial	R\$ 4.422.666,67		R\$ 923.187,05			
Dotação Atualizada	R\$ 6.435.877,20		R\$ 1.382.730,43			
Execução	R\$ 3.850.322,37		R\$ 672.945,94			

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

Gráfico 11 – Análise Horizontal da função Gestão Ambiental

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

O comportamento dos dados da área Gestão Ambiental mostra, a princípio, ir de encontro com a teoria dos ciclos político-econômicos que diz que as despesas nos anos eleitorais são significativamente maiores. Conforme o Gráfico 11, percebemos que em 2007 a dotação inicial em relação a 2006 aumentou. Diferente do que aconteceu em 2008, apresentando uma queda na dotação comparada ao ano-base. Para a dotação atualizada percebe-se o mesmo comportamento, com um aumento em 2007 e posterior queda em 2008, evidenciada na Tabela 11. A execução dessa despesa merece atenção, porque observamos um aumento de 21% no segundo ano analisado e a única subfunção responsável por esse aumento foi a de preservação e conservação ambiental (considerando as operacionais). Após esse aumento, há uma queda de 14% nos gastos, comparado a 2006, não apresentando, portanto, um comportamento uniforme nessa despesa. Nada foi gasto nesses anos com controle ambiental e recuperação de áreas degradadas, conforme balanço publicado no Diário Oficial.

A função Gestão Ambiental representou para o primeiro ciclo desta análise uma média para a dotação inicial próxima ao valor do ano de 2006. A quantia do ano de 2008 interferiu na média para baixo, sendo que esta se apresentou 33% menor que a quantia do ano base, 2006. O mesmo acontece com a dotação atualizada que representou uma média próxima ao valor do ano de 2006, porém, esta foi influenciada pelo valor a maior, em 24%, do ano de 2007, quando comparado ao ano de 2006. O desvio-padrão dessa variável foi o maior para esse ciclo, o que pode ser explicado, principalmente, pelo fato de os valores da dotação atualizada para os três anos serem relativamente maiores que os valores da dotação inicial e

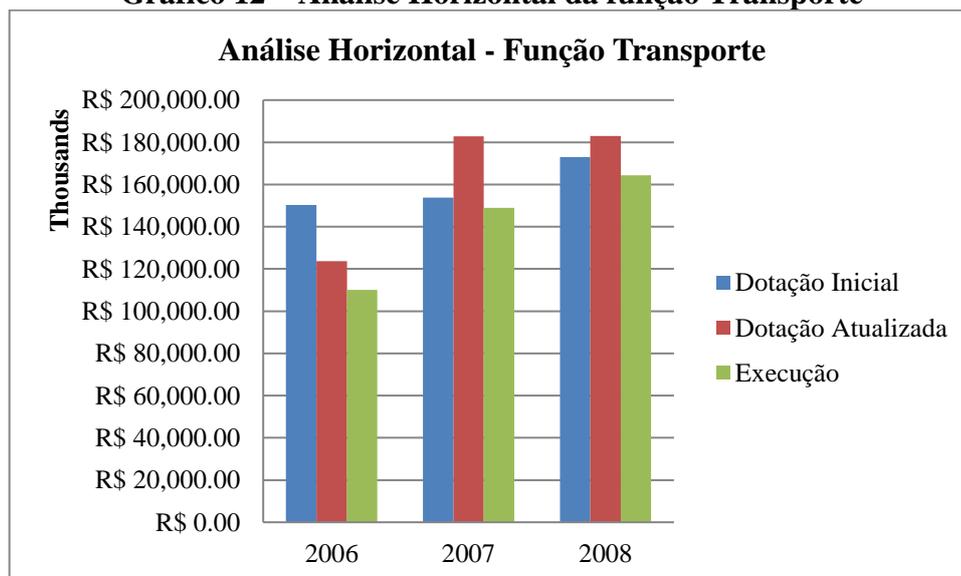
da execução, já que, em termos percentuais, a discrepância não é muito diferente das demais variáveis. Para a execução, a média encontrada é, também, próxima ao valor do ano de 2006, sendo influenciada para cima pelo valor do ano de 2007, 21% superior ao do ano base. O ano de 2008, apesar de apresentar o menor investimento neste ciclo desta função, não influenciou significativamente no aumento do desvio-padrão dado esta proximidade com o valor do ano base. O desvio padrão do último ano, ano eleitoral, representou o menor valor, ou seja, foi a variável que teve menos divergência entre as dotações e execução.

Tabela 12 – Relação: Análise Horizontal das dotações e execução da função Transporte

1º ciclo						
Função: Transporte	2006		2007		2008	
	Valor monetário	AH (%)	Valor monetário	AH (%)	Valor monetário	AH (%)
Dotação Inicial	R\$ 150.347.000,00	100%	R\$ 153.834.000,00	102%	R\$ 172.934.000,00	115%
Dotação Atualizada	R\$ 123.694.407,05	100%	R\$ 182.788.865,47	148%	R\$ 182.951.814,49	148%
Execução	R\$ 110.099.548,71	100%	R\$ 148.883.126,79	135%	R\$ 164.391.557,23	149%
Variáveis		Média		Desvio-Padrão		
Dotação Inicial		R\$ 159.038.333,33		R\$ 12.159.644,58		
Dotação Atualizada		R\$ 163.145.029,00		R\$ 34.165.337,95		
Execução		R\$ 141.124.744,24		R\$ 27.965.155,50		

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

Gráfico 12 – Análise Horizontal da função Transporte



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

Para o caso da função Transporte, percebe-se que o aumento é constante e crescente, tanto para as dotações iniciais e atualizadas quanto para a execução. O transporte é uma questão bastante discutida na cidade de Goiânia e um problema que persiste por vários anos.

No geral, a dotação inicial aumentou de 2006 para 2007 e, também, para 2008, sendo 15% maior que a do ano de referência, de acordo com o Gráfico 12. A dotação atualizada manteve o aumento na faixa de 48% para os dois anos posteriores ao ano-base, representando pouca diferença monetária, o que pode ser observado na Tabela 12. Na execução, o ano de 2007 apresentou um valor 35% maior que os gastos de 2006 e em 2008, 49% maior em relação a esse ano. A infraestrutura urbana é a maior responsável pelos gastos com transporte nesse período, passando de R\$ 89 milhões em 2006 para R\$ 125 milhões em 2007, chegando a R\$ 136 milhões em 2008. Seguindo desta, temos os gastos com serviços urbanos, excluindo o não operacional. Esses dados evidenciam a presença de oportunismo decorrente das eleições com uma uniformidade progressiva quanto à execução dos gastos. Os dados coletados no trabalho de Sakurai (2008), com as despesas de 5506 municípios brasileiros, sugerem a mesma conclusão para a função Transporte: a ocorrência de ciclo eleitoral. No trabalho de Oliveira e Carvalho (2009) a função Transporte é uma das que mais sofreu manipulação no período eleitoral, juntamente com a função Despesas Legislativas.

Os dados estatísticos para a dotação inicial da função Transporte trazem uma média próxima ao ano de 2006 e 2007. Dado que a diferença entre esses dois valores é de pequena, temos que a média é influenciada para cima pelo valor do ano de 2008, 15% maior que o ano base. Devido à baixa divergência nos valores da dotação inicial dos anos, o desvio-padrão representou uma quantia baixa quando comparado aos desvios-padrões das demais variáveis. Para a dotação atualizada, a média se comportou pouco próxima ao valor dos anos, porém está mais distante do ano de 2006, porque os demais apresentaram uma dotação atualizada estatisticamente igual e superior em 48% à do ano base. Sendo assim, a média foi influenciada para cima pelos anos de 2007 e 2008 e o desvio-padrão, quando comparado aos demais, foi alto por conta dessa porcentagem de crescimento das dotações atualizadas. Quanto à média da execução, esta se apresentou próxima ao valor do ano de 2007, sendo bastante influenciada para baixo pelo valor do ano base.

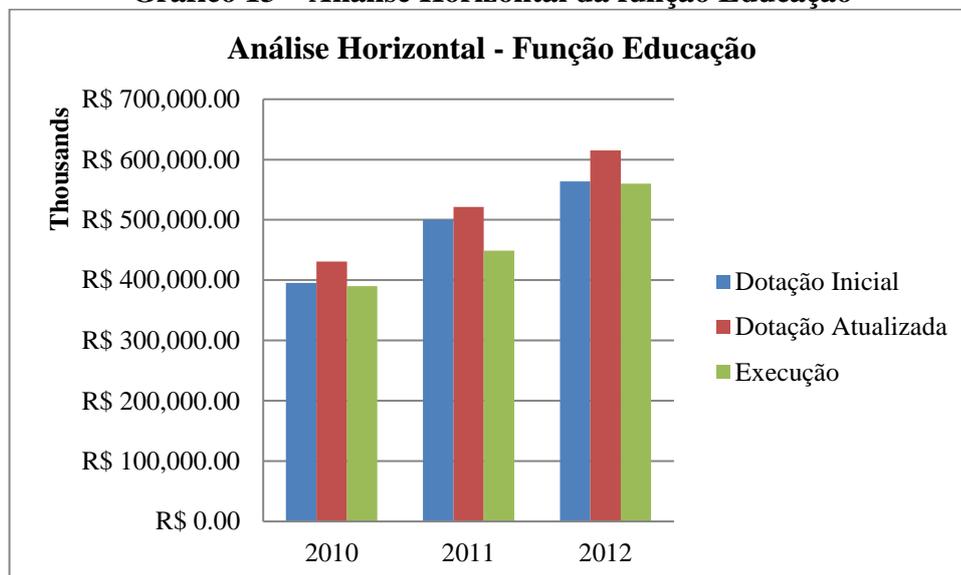
4.2.2 Segundo ciclo político

O segundo ciclo abrange os anos de 2010 a 2012.

Tabela 13 - Relação: Análise Horizontal das dotações e execução da função Educação

2º ciclo						
Função: Educação	2010		2011		2012	
	Valor monetário	AH (%)	Valor monetário	AH (%)	Valor monetário	AH (%)
Dotação Inicial	R\$ 395.579.000,00	100%	R\$ 500.365.000,00	126%	R\$ 564.021.000,00	143%
Dotação Atualizada	R\$ 430.706.412,97	100%	R\$ 521.641.205,00	121%	R\$ 615.050.134,89	143%
Execução	R\$ 390.019.289,37	100%	R\$ 448.860.042,61	115%	R\$ 560.254.532,34	144%
Variáveis	Média		Desvio-Padrão			
Dotação Inicial	R\$ 486.655.000,00		R\$ 85.053.806,01			
Dotação Atualizada	R\$ 522.465.917,62		R\$ 92.174.628,10			
Execução	R\$ 466.377.954,77		R\$ 86.459.050,55			

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

Gráfico 13 – Análise Horizontal da função Educação

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

Na análise horizontal da função Educação deste ciclo todos os dados se apresentam crescentes ao longo dos anos, conforme a Tabela 13. As dotações inicial e atualizada cresceram praticamente na mesma proporção. A execução apresentou um aumento de 15% de 2010 para 2011 e 44% no ano de 2012. Este salto na execução do ano de 2012 ocorreu por conta do aumento de investimento nas subfunções alimentação e nutrição, ensino fundamental e educação infantil. As áreas de educação de jovens e adultos e desenvolvimento tecnológico tiveram menor investimento nesse ano se comparado ao ano anterior.

A média da dotação inicial representou para a função Educação, neste segundo ciclo, um valor próximo ao da dotação inicial do ano de 2011. Porém, essa média sofreu influência para baixo da quantia referente ao ano de 2010 que é inferior à quantia do ano de 2011. Para a

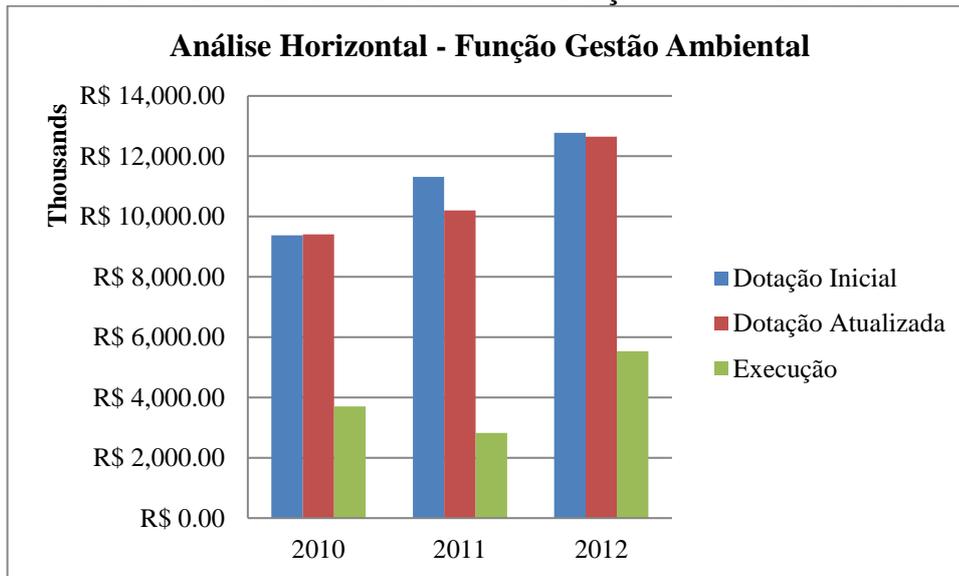
dotação atualizada, a média aproximou do valor da dotação atualizada do ano de 2011 e sofreu interferência do alto valor apresentado no ano de 2012, interferência esta que acabou sendo um pouco equilibrada pelo valor a menor no ano base, fazendo com que o dado estatístico ficasse tão próximo da quantia apresentada no ano de 2011. A média da variável execução também ficou próxima ao valor do ano de 2011, sofrendo as mesmas influências citadas anteriormente para a variável dotação atualizada, visto que o crescimento dos dados utilizados, tanto para esta variável quanto para as outras duas variáveis aqui analisadas, apresentaram uma progressão contínua do ano de 2010 para 2012, trazendo mais uma evidência de oportunismo político.

Em termos gerais, a teoria do ciclo político econômico se confirma quando analisados estes dados, porque o comportamento da execução da despesa se mostra crescente conforme a aproximação do ano eleitoral, podendo caracterizar interesse eleitoral.

Tabela 14 – Relação: Análise Horizontal das dotações e execução da função Gestão Ambiental

2º ciclo						
Função: Gestão Ambiental	2010		2011		2012	
	Valor monetário	AH (%)	Valor monetário	AH (%)	Valor monetário	AH (%)
Dotação Inicial	R\$ 9.379.000,00	100%	R\$ 11.310.000,00	121%	R\$ 12.781.000,00	136%
Dotação Atualizada	R\$ 9.412.669,69	100%	R\$ 10.200.706,50	108%	R\$ 12.648.000,00	134%
Execução	R\$ 3.698.142,45	100%	R\$ 2.827.707,69	76%	R\$ 5.531.153,86	150%
Variáveis	Média		Média		Desvio-Padrão	
Dotação Inicial	R\$ 11.156.666,67				R\$ 1.706.175,35	
Dotação Atualizada	R\$ 10.753.792,06				R\$ 1.687.088,70	
Execução	R\$ 4.019.001,33				R\$ 1.379.988,45	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

Gráfico 14 – Análise Horizontal da função Gestão Ambiental

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

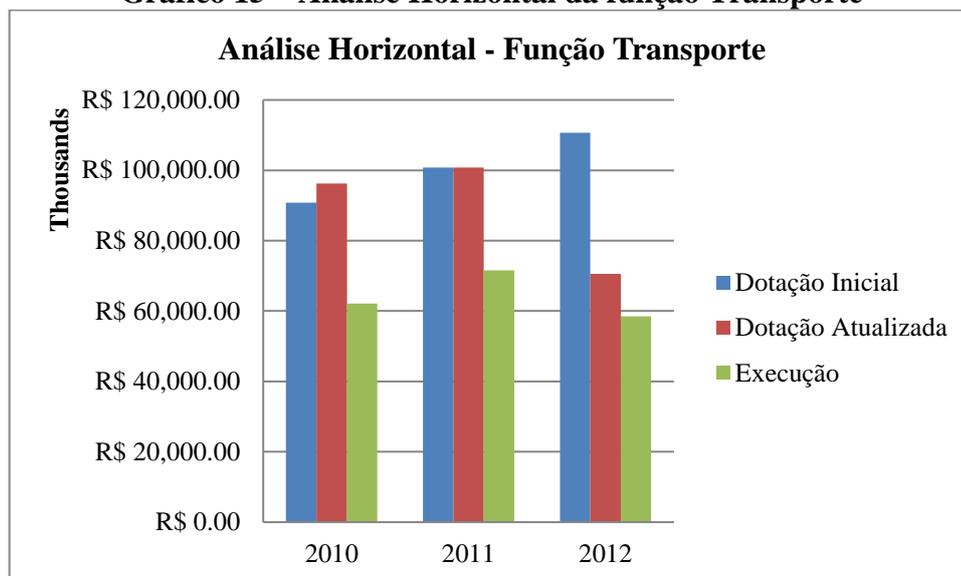
A dotação inicial da função Gestão Ambiental é crescente com o passar dos anos, sendo 21% maior em 2011 e 36% maior em 2012. O mesmo acontece com a dotação atualizada que aumentou 8% em 2011 e 34% em 2012, conforme os valores informados na Tabela 14. Já a execução dessa despesa apresenta uma queda no ano de 2011 de 24% e um aumento de 50% em relação ao ano-base no ano eleitoral, diferença significativa demonstrada no Gráfico 14. A subfunção preservação e conservação ambiental teve um salto no investimento de R\$ 2 milhões para R\$ 5 milhões de 2011 para 2012. Além disso, a área de controle ambiental que em 2011 não havia recebido recursos, apresentou um gasto de R\$ 46 mil em 2012. Novamente podemos perceber uma evidência no comportamento dos gastos que aumenta em uma proporção considerável no ano eleitoral, confirmando a teoria dos ciclos político-econômicos.

A média da dotação inicial trouxe um valor bem próximo àquele apresentado no ano de 2011. Esse dado estatístico sofreu influência para baixo devido o valor da dotação inicial constante no ano de 2010. Influência esta que foi amenizada pelo alto valor presente no ano de 2012, sendo 36% maior que o do ano base. Para a dotação atualizada, a situação é a mesma. A média se aproxima da dotação atualizada do ano de 2011 e é influenciada para baixo pelo valor do ano de 2010. No caso da execução, os valores são bastante destoantes, apesar de ser a variável que apresentou o menor desvio-padrão em termos monetários. A média dessa variável fica próxima à execução do ano de 2010 e acaba sofrendo influência do valor de 2012, sendo este 50% maior que o do ano base.

Tabela 15 – Relação: Análise Horizontal das dotações e execução da função Transporte

2º ciclo						
Função: Transporte	2010		2011		2012	
	Valor monetário	AH (%)	Valor monetário	AH (%)	Valor monetário	AH (%)
Dotação Inicial	R\$ 90.795.000,00	100%	R\$ 100.771.000,00	111%	R\$ 110.660.000,00	122%
Dotação Atualizada	R\$ 96.226.691,20	100%	R\$ 100.785.620,05	105%	R\$ 70.572.028,02	73%
Execução	R\$ 62.167.602,03	100%	R\$ 71.521.644,25	115%	R\$ 58.492.963,39	94%
Variáveis		Média		Desvio-Padrão		
Dotação Inicial		R\$ 100.742.000,00		R\$ 9.932.531,75		
Dotação Atualizada		R\$ 89.194.779,76		R\$ 16.288.066,79		
Execução		R\$ 64.060.736,56		R\$ 6.717.484,65		

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

Gráfico 15 – Análise Horizontal da função Transporte

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

A função Transporte segue, nesse segundo ciclo, um comportamento diferente das outras funções analisadas anteriormente. Quanto à dotação inicial, o padrão segue o mesmo, apresentando aumento em relação ao ano-base ao longo dos anos, de 11% em 2011 e 22% em 2012. A dotação atualizada apresenta aumento de 5% no segundo ano, em relação ao primeiro, porém sofre queda de 27% no ano de 2012, conforme valores na Tabela 15. A execução também apresenta outro comportamento. Ela cresce em 15% no ano de 2011, porém reduz 6% no ano eleitoral, diferença representada pelo Gráfico 15. A principal responsável por esse decréscimo é a subfunção infraestrutura urbana que apresentou uma despesa

executada de R\$ 51 milhões em 2011 e em 2012, a despesa caiu para R\$ 29 milhões. Em contra partida, a subfunção serviços urbanos que teve R\$ 19 milhões em despesas no ano de 2011, passou a ter R\$ 29 milhões em 2012. Nesta análise, os dados vão de encontro com a teoria do oportunismo político.

A média da dotação inicial representou um valor muito próximo ao da dotação inicial do ano de 2011, porém foi influenciada para baixo pelo valor do ano de 2010. Os valores utilizados para a composição não apresentaram grande discrepância, sendo eles crescentes conforme a proximidade das eleições. Para a dotação atualizada, a média representou uma quantia próxima da quantia do ano de 2010 e foi influenciada para baixo pela dotação atualizada do ano de 2012 que se mostrou 27% menor que a dotação atualizada do ano base. Essa diferença nos valores é perceptível quando observado o valor do desvio-padrão, bastante superior ao da variável dotação inicial que possui dados um pouco parecidos com da dotação atualizada. Quanto à execução, a média se deu próxima ao valor do ano de 2010, sofrendo influencia para cima da execução do ano de 2011, já que para o ano de 2012, a execução foi menor que a dos outros dois anos.

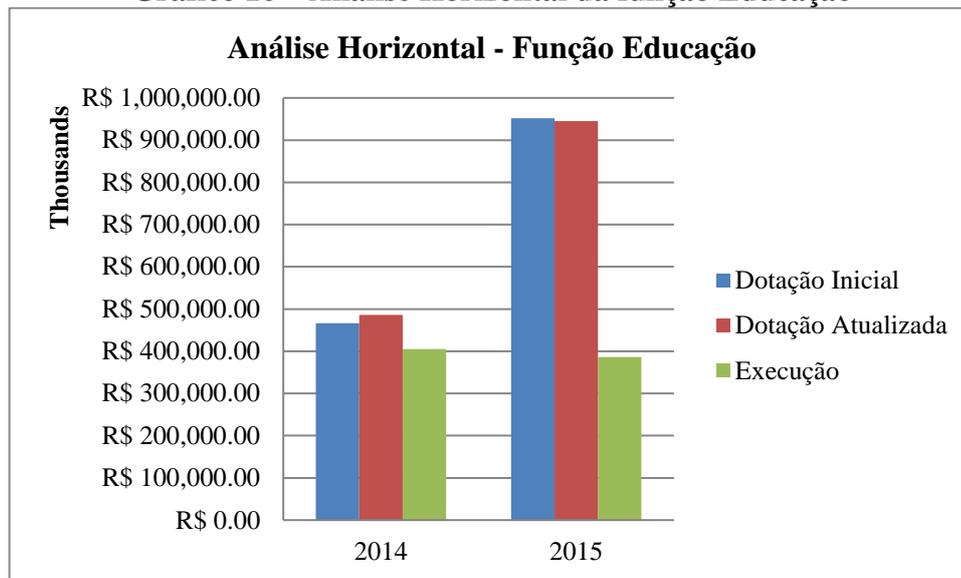
4.2.3 Terceiro ciclo político

Como explicado anteriormente, serão analisados para o terceiro ciclo político, os dados referente aos anos de 2014 e 2015, por falta de dados completos para o ano de 2016.

Tabela 16 – Relação: Análise Horizontal das dotações e execução da função Educação

3º ciclo				
Função: Educação	2014		2015	
	Valor monetário	AH (%)	Valor monetário	AH (%)
Dotação Inicial	R\$ 466.096.000,00	100%	R\$ 951.937.000,00	204%
Dotação Atualizada	R\$ 486.207.355,35	100%	R\$ 944.850.802,93	194%
Execução	R\$ 405.413.735,77	100%	R\$ 386.196.043,94	95%
Variáveis	Média		Desvio-Padrão	
Dotação Inicial	R\$ 709.016.500,00		R\$ 343.541.465,68	
Dotação Atualizada	R\$ 715.529.079,14		R\$ 324.309.891,93	
Execução	R\$ 395.804.889,86		R\$ 13.588.960,21	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

Gráfico 16 – Análise Horizontal da função Educação

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

O ano de 2015 apresenta significativo aumento para as variáveis dotação inicial e dotação atualizada, em relação ao ano de 2014. A Tabela 16 mostra que em 2015 a dotação inicial é 104% maior que o ano de 2014 e a dotação atualizada se apresenta 94% maior. Diferença evidente na representação do Gráfico 16. Quando analisada a variável execução, o comportamento não segue o mesmo padrão, sendo 5% menor no ano de 2015 em relação a 2014.

A subfunção que maior representa a diferença na dotação atualizada de um ano para outro é a educação infantil que em 2011 teve R\$ 72 milhões de recursos aprovados e, em 2012, esse valor passou para R\$ 459 milhões. Apesar da alta na alocação de recursos, a subfunção citada apresentou investimento de R\$ 22 milhões em 2015, enquanto que em 2014 os investimentos foram maiores, de R\$ 26 milhões.

Analisando de forma geral a execução de ambos os anos, temos que no ano de 2015 não foram investidos recursos nas subfunções educação de jovens e adultos e desenvolvimento tecnológico e engenharia. Subfunções que tiveram investimentos no ano de 2014 de R\$ 22 mil e R\$ 2 milhões, respectivamente.

Quanto aos dados estatísticos, vemos que a média da dotação inicial foi mais próxima ao valor da dotação inicial do ano de 2015, porém, a disparidade nos valores de 2014 e 2015, nessa variável, é alta, causando o maior desvio-padrão dentre as três variáveis. O mesmo é percebido na variável dotação atualizada. A média não representou um valor próximo às quantias dos dois anos, porém ficou mais próxima do valor da dotação atualizada do ano de

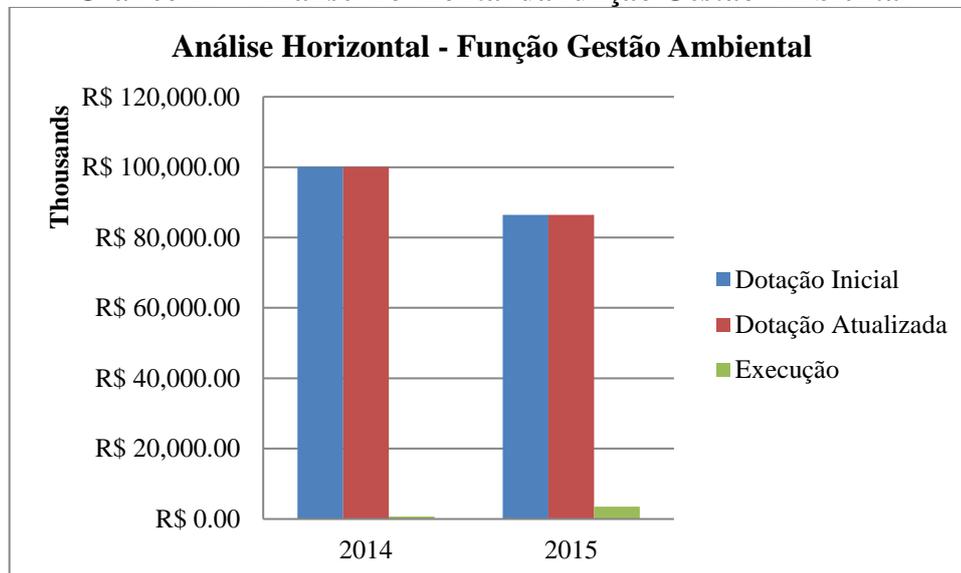
2015, sofrendo influência para baixo do ano de 2014. Quanto à execução, esta representou uma média próxima aos dois anos. Os valores dessa variável possuem uma dispersão menor, portanto o desvio-padrão é significativamente menor que os desvios-padrões das outras variáveis. Outra explicação para isto se deve à baixa execução no ano de 2015, quando comparada às suas dotações.

Tabela 17 – Relação: Análise Horizontal das dotações e execução da função Gestão Ambiental

3º ciclo				
Função: Gestão Ambiental	2014		2015	
	Valor monetário	AH (%)	Valor monetário	AH (%)
Dotação Inicial	R\$ 100.078.000,00	100%	R\$ 86.417.000,00	86%
Dotação Atualizada	R\$ 100.078.000,00	100%	R\$ 86.408.000,00	86%
Execução	R\$ 692.186,90	100%	R\$ 3.485.092,67	503%
Variáveis	Média		Desvio-Padrão	
Dotação Inicial	R\$ 93.247.500,00		R\$ 9.659.785,74	
Dotação Atualizada	R\$ 93.243.000,00		R\$ 9.666.149,70	
Execução	R\$ 2.088.639,79		R\$ 1.974.882,61	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

Gráfico 17 – Análise Horizontal da função Gestão Ambiental



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

O comportamento da função Gestão Ambiental, demonstrado monetariamente na Tabela 17, é estatisticamente o mesmo para as variáveis dotação inicial e dotação atualizada. Do ano de 2014 para o ano de 2015, ambas apresentaram queda de 14%. A explicação para esta queda está nas subfunções controle ambiental, que possuía R\$ 7 milhões de dotação em

2014, passando a R\$ 1 milhão em 2015 e recuperação de áreas degradadas, com R\$ 6 milhões orçados para 2014, passando a ter um orçamento de apenas R\$ 600 mil em 2015.

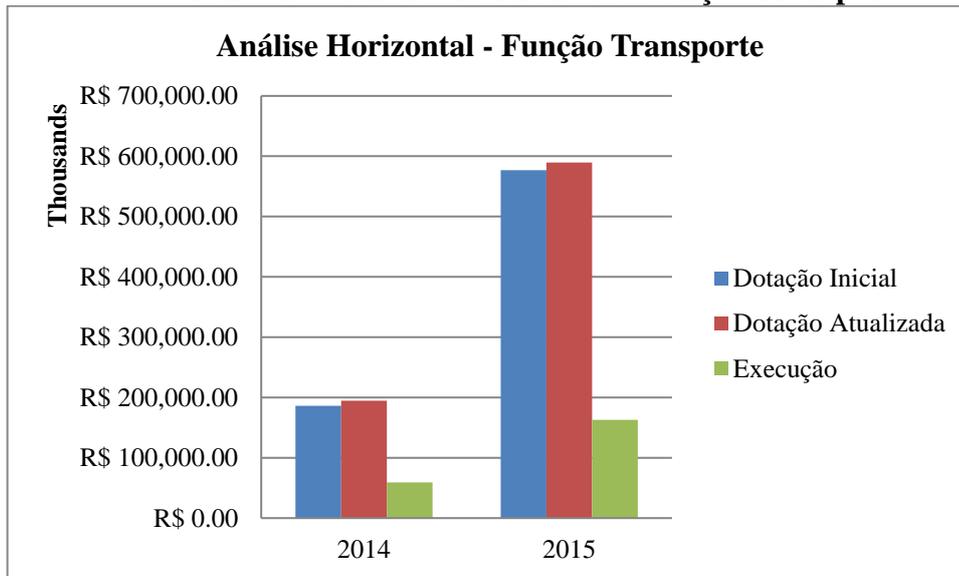
Quanto à execução, esta é quase insignificante perto das dotações inicial e atualizada, conforme representação do Gráfico 17. A subfunção preservação e conservação ambiental é a única que recebeu investimentos nesses anos, sendo os valores executados os mesmos presentes na Tabela 17.

Os dados estatísticos referentes às variáveis dotação inicial e dotação atualizada são estatisticamente iguais, onde, a média da dotação inicial foi R\$ 4.500,00 maior que a média da dotação atualizada e o desvio padrão variou em cerca de R\$ 6 mil, valores irrelevantes quando comparados ao montante. O grande destaque nesses dados está na execução da despesa. A média da execução representou um valor mais próximo ao do investimento realizado no ano de 2015, ano pré-eleitoral, sendo este valor o responsável por elevar a média, porque ele demonstrou uma execução 403% maior que no ano de 2014. O desvio-padrão baixo nesta variável é ilusório, visto que a discrepância do valor de 2014 para 2015 é bastante significativa. Portanto, o desvio-padrão representou um valor relativamente baixo, devido aos valores usados para o cálculo terem sido também baixos, quando comparados aos valores das dotações.

Tabela 18 – Relação: Análise Horizontal das dotações e execução da função Transporte

3º ciclo				
Função: Transporte	2014		2015	
	Valor monetário	AH (%)	Valor monetário	AH (%)
Dotação Inicial	R\$ 186.220.000,00	100%	R\$ 576.868.000,00	310%
Dotação Atualizada	R\$ 194.892.076,73	100%	R\$ 589.394.085,23	302%
Execução	R\$ 59.049.987,18	100%	R\$ 162.906.574,77	276%
Variáveis	Média		Desvio-Padrão	
Dotação Inicial	R\$ 381.544.000,00		R\$ 276.229.849,86	
Dotação Atualizada	R\$ 392.143.080,98		R\$ 278.955.045,40	
Execução	R\$ 110.978.280,98		R\$ 73.437.697,36	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

Gráfico 18 – Análise Horizontal da função Transporte

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura de Goiânia

O ano de 2015 para a função Transporte apresentou aumento em todas as variáveis, quando comparado com o ano de 2014. A dotação inicial foi 210% maior que o ano base, enquanto que a dotação atualizada foi 202% maior. As subfunções infraestrutura urbana e transporte coletivo urbano apresentaram maior variação em suas dotações. No ano de 2014 a subfunção infraestrutura urbana possuía R\$ 134 milhões de dotação atualizada. Já em 2015, esse valor passou a ser R\$ 384 milhões. A subfunção transportes coletivos urbanos também sofreu significativo aumento, passando de R\$ 18 milhões em 2014 para R\$ 155 milhões em 2015.

O comportamento da função Transporte para a variável execução é o mesmo das outras variáveis citadas acima, com um aumento. A subfunção infraestrutura urbana possui um investimento de R\$ 18 milhões no ano de 2014, enquanto que no ano de 2015 esse valor passa a ser de R\$ 61 milhões. Outra subfunção que apresentou significativo aumento de um ano para o outro foi a de transportes coletivos urbanos com R\$ 1 milhão de investimento em 2014, chegando a R\$ 58 milhões em 2015.

As médias encontradas das variáveis neste ciclo foram bastante destoantes dos respectivos valores utilizados como base no cálculo, fazendo jus à denominação do dado estatístico de medida de tendência central, apontando praticamente o centro de variação desses valores. As médias das dotações inicial e atualizada sofreram influência para baixo devido os valores do ano de 2014 e, quase que proporcionalmente, foram influenciadas para cima pelos valores do ano de 2015. A diferença constatada se dá na média da execução que

sofre influência inversa, sendo puxada para baixo pelo valor investido no ano de 2014 e, para cima, pelo valor constante no ano de 2015. Esta variável representou o menor desvio-padrão, devido à menor dispersão dos valores de ambos os anos, se comparada aos valores das dotações.

Nos três ciclos da função Transporte pode-se perceber um comportamento uniforme para os anos correspondentes ao 1º ano do PPA do governo em exercício e os anos pré-eleitorais, visto que foi constatado um crescimento monetário na execução de um ano para outro. Levando em consideração a teoria dos ciclos político-econômicos, essa função não é utilizada como instrumento de oportunismo político, porque o ano eleitoral nem sempre apresenta maior execução do que no ano pré-eleitoral. Porém, pode-se dizer que o comportamento de aumento da execução no ano base para o ano pré-eleitoral configura um indício de oportunismo para essa função, onde o eleitor percebe uma melhora no serviço ofertado quando do ano anterior à eleição.

4.3 ANÁLISE DA META FÍSICA

O PPA, como já definido anteriormente, é um instrumento de planejamento que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, conforme a Constituição Federal de 1988. Nele são apresentados como serão alocados os recursos divididos por função, por órgão e por programa.

Segundo o trabalho de Frossard e Oliveira (2013, p. 3), sobre o processo de acompanhamento orçamentário, é importante e necessário o:

acompanhamento físico-financeiro das ações orçamentárias, que constam apenas nos Orçamentos, principalmente porque os bens e serviços ofertados à sociedade, oriundos das despesas orçamentárias, precisam ser mensurados. Ademais, é necessário verificar se o produto especificado e sua respectiva meta estão adequados com a descrição e implementação previstas nos atributos da ação.

Serão analisados nesta seção os programas com o tipo de ação voltado para projetos, já que são ações com caráter temporário e mais visíveis à população que as atividades e, conseqüentemente, mais suscetíveis à manipulação da alocação desses recursos. Por exemplo, a construção de uma nova escola é mais perceptível que o investimento em formação específica dos educadores.

4.3.1 Meta física do primeiro ciclo eleitoral

A análise apresentada na seção 4.1 demonstrou que a função Educação possui a maior execução orçamentária relacionada à sua dotação atualizada, se comparada às outras duas funções analisadas neste trabalho. No PPA referente ao período de 2006 a 2009, aprovado pela Lei nº 8383 de 28 de dezembro de 2005, existem dois programas destinados a esta função: educação da criança de 0 a 6 anos e ensino regular. A meta física das ações é que indicará a quantidade de produto programado para ser ofertado naquele período.

Para o programa educação da criança de 0 a 6 anos foram previstos 40% dos recursos à reforma e ampliação de centros de educação infantil no ano de 2006, 2º ano de mandato do governo da época. No ano de 2007 a meta física subiu para 60%, ano pré-eleitoral. Apesar de no último ano de mandato a meta física ter previsto 0% (Lei Municipal nº 8383/2005) para este produto, pode-se perceber evidência de manipulação de recursos, já que reformas e ampliações demandam tempo, não sendo, talvez, interessante fazê-los no próprio ano das eleições. Assim, foram realizadas nos anos anteriores, com um aumento na meta física para o ano pré-eleitoral.

O produto referente à construção de centros de educação infantil não apresentou significância em sua meta física, já que se manteve constante em duas unidades nos anos do atual mandato, de 2006 a 2008. Quanto à revitalização dos espaços educativos de educação infantil, pode-se perceber um aumento na meta física do ano pré-eleitoral para o ano eleitoral, caracterizando uma ação eleitoreira.

No programa ensino regular também é evidente a questão da construção e reforma. Para as escolas reformadas e ampliadas foi previsto 25% no primeiro ano do plano plurianual, elevando para 30% no ano pré-eleitoral e 40% no ano eleitoral. Já em relação às salas construídas, a meta física no 2º ano de mandato do governo é de 29 unidades, se mantendo para o ano seguinte e reduzindo para 17 unidades no ano eleitoral. Quanto à urbanização e paisagismo nas escolas, tem-se uma meta física crescente, passando de 10% em 2006 a 15% no ano eleitoral. O aumento de recursos nesse ponto é algo perceptível à população que frequenta esses espaços, podendo ser mais uma evidência de alocação de recursos com fins eleitoreiros. O número de bibliotecas construídas previsto é mantido do ano de 2007 para 2008 em 5 unidades, não sendo observada indicação de oportunismo. Os almoxarifados em escolas reformados apresentam uma meta física também crescente passando de 15 unidades em 2006 para 25 em 2008. As outras questões apresentadas dentro deste programa não trazem

evidências de caráter eleitoreiro, se mantendo praticamente constante durante os quatro anos do plano plurianual.

4.3.2 Meta física do segundo ciclo eleitoral

Novamente temos a Educação com a maior execução de despesas quando comparada às outras duas funções analisadas neste trabalho. Na Lei nº 8824/09 que aprova o PPA do quadriênio 2010/2013, existem dois programas relacionados a esta área: ensino regular e educação infantil.

O programa Ensino regular não apresentou significância na meta física das ações voltadas para projeto. Este possui duas ações voltadas para projeto, uma visa adequar a estrutura física das escolas e a outra construir e reformar escolas. Ambas possuem meta física constante ao longo dos quatro anos, sendo de 25%.

Educação infantil é um programa previsto no PPA que possui um projeto voltado para adequar estrutura física de Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIS). A meta física no primeiro ano do plano plurianual é de 21%. No segundo ano, terceiro do mandato do governo eleito em 2008, a meta física sobe para 24%. No ano eleitoral, 2012, terceiro ano do plano plurianual, a meta física é de 26%, ou seja, há um crescimento constante previsto para execução desse projeto. O mesmo acontece com o projeto construir CMEIS padrão, presente dentro do mesmo programa. Apresenta o mesmo comportamento na porcentagem da meta física durante os anos. Neste programa podemos perceber evidências de um oportunismo político advindo da chegada do ano eleitoral, porque prevê uma meta física maior a ser cumprida.

Uma lei aprovada em 29 de dezembro de 2011 altera dispositivos do plano plurianual do quadriênio 2010/2013. A Lei nº 8824 aprova um novo programa na área de educação, o programa educação da criança de 0 a 6 anos, também previsto no plano plurianual do quadriênio 2006/2009. O único projeto deste programa tem como produto a construção, ampliação e reforma de unidades de educação infantil. A meta física para este projeto é de 25%, permanecendo constante durante os quatro anos, sem evidências de oportunismo político.

4.3.3 Meta física do terceiro ciclo eleitoral

O terceiro ciclo político, composto por dados dos anos de 2014 e 2015, apresentou a Educação como função com maior alocação de recursos, dentre as três analisadas neste trabalho.

A lei que dispõe sobre o plano plurianual para o período de 2014 a 2017 é a Lei nº 9393/14. Ela prevê seis programas relacionados à função Educação: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (M.D.E.) construção, reforma, ampliação e manutenção da rede física; M.D.E. ensino fundamental; M.D.E. educação para crianças de 0 a 5 anos e 11 meses; M.D.E. educação de jovens e adultos; M.D.E. educação básica; M.D.E. alimentação educacional–merenda escolar. Porém, em 14 de julho de 2014, a Lei 9439/14 altera a lei citada anteriormente. Esta manteve os seis programas e alterou a meta física dos programas.

O primeiro programa, M.D.E. construção, reforma, ampliação e manutenção da rede física, possui quatro projetos. O projeto voltado à construção e ampliação das unidades de educação infantil para crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, fixa uma meta física de 20 unidades no primeiro ano, passando a 76 unidades no segundo ano, ano pré-eleitoral. No ano de 2016, ano eleitoral, a meta-física é de 30 unidades, permanecendo a mesma para o último ano do PPA. Ainda relacionado à construção e ampliação de unidades educacionais, estas destinadas às crianças, jovens e adultos, outro projeto propõe uma meta física de 25 unidades para o ano de 2014, elevando a 66 unidades no ano pré-eleitoral e, novamente, mantendo 30 unidades para os anos de 2016 e 2017.

Como já descrito anteriormente, projetos voltados para a construção de novos centros educacionais, no caso da função Educação, trazem grande visibilidade ao gestor. Analisando esses projetos acima, é possível identificar características de oportunismo político, visto que a meta física aumenta em mais de 100% para o ano pré-eleitoral.

Após os projetos de construção, há os projetos voltados para reforma. O terceiro projeto desse programa é destinado à reforma, adequação, manutenção da rede física de unidades educacionais que atendem crianças de 0 a 5 anos e 11 meses. A meta física para o primeiro ano é de 0 unidades, subindo para 3 no segundo ano e mantendo em 5 unidades para os dois últimos anos do plano plurianual. O último projeto do programa é para atender à adequação, manutenção da rede física de unidades educacionais que atendem crianças, jovens e adultos. A meta física para o primeiro ano também é de 0 unidades, subindo para 27 unidades no ano de 2015 e mantendo em 30 unidades para os anos de 2016 e 2017. Nestes

projetos é natural que não haja tanto interesse político, já que não são mudanças percebíveis à população em geral, apenas aos que utilizam o espaço.

Os demais programas supracitados não apresentam projetos vinculados a eles. Apresentam somente ações voltadas à atividade, com caráter duradouro, não sendo interessante a análise para o devido fim deste trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui desenvolvido teve como objetivo analisar a execução orçamentária da Prefeitura Municipal de Goiânia e sua relação com o ciclo político eleitoral. Em termos específicos, o estudo buscou fornecer informações sobre o comportamento no orçamento das funções orçamentárias Educação, Transporte e Gestão Ambiental, advindo da proximidade das eleições municipais e, de forma complementar, avaliar a execução orçamentária de acordo com a perspectiva alocativa em funções de despesas facilmente observáveis pela população, em conformidade com a teoria dos ciclos político-econômicos.

Os resultados apontaram que, na maioria das vezes, os valores da dotação atualizada são maiores que aqueles previstos inicialmente aprovada pela LOA. Geralmente, a dotação é alterada para corrigir oscilações no valor da moeda e, também, para atender à meta fiscal proposta para o ano.

Percebemos com a análise horizontal dos dados que a função Educação é a única que possui aumento progressivo de acordo com a proximidade das eleições dentro de cada ciclo, ou seja, no ano eleitoral apresenta a maior dotação atualizada para esta função, indicando promoção de cunho eleitoral, já que o aumento nas dotações pode ser destinado aos programas presentes no PPA.

As três funções analisadas representam setores onde a população muito solicita por investimentos. A Educação, primeiramente, é um setor onde o país apresenta diversas deficiências, como o não atendimento aos índices de desenvolvimento básico; falta de estrutura adequada principalmente nas escolas de educação infantil; pouca valorização dos educadores em termos salariais, além de outros problemas.

A Gestão Ambiental faz parte da promoção do governo que assumiu em 2010, após renúncia do prefeito, executando, por exemplo, a retomada e implementação do projeto Macambira Anicuns. A cidade de Goiânia já foi considerada a cidade mais arborizada do país, gerando, por parte da população, maior cobrança em relação à manutenção de parques, áreas de preservação, entre outras.

O Transporte é um problema recorrente na cidade de Goiânia, onde o transporte coletivo não apresenta frota suficiente para atender à demanda de passageiros; a manutenção dos terminais não é adequada, apresentando áreas de difícil embarque e desembarque; vias urbanas com poucos corredores preferenciais para diminuir o tempo de viagem e, conseqüentemente, reduzir atrasos nos ônibus, dentre outros. Sendo assim, foi feito o estudo

sobre a evolução da execução orçamentária de acordo com a perspectiva alocativa que constatou diferentes comportamentos em cada um dos três ciclos.

O primeiro ciclo é um exemplo de comprovação da teoria dos ciclos político-econômicos. A função Educação apresenta o maior investimento no ano eleitoral, sendo que esta é uma área onde, a partir do momento que há o aumento de investimentos nos projetos de caráter temporário, a mudança é notável.

A Gestão Ambiental e o Transporte normalmente são áreas que requerem maior prazo para apresentar benefícios à população, o que implica em uma alta nos investimentos para o ano pré-eleitoral, conforme acontece no primeiro ciclo.

O segundo ciclo traz mais uma evidência da existência de relação entre a execução orçamentária e o ciclo político eleitoral. A função Educação aumenta de forma progressiva, chegando a um alto valor no ano eleitoral. Os investimentos na Gestão Ambiental desse segundo ciclo podem ter sofrido influência pela troca de gestão da prefeitura antes do término do mandato, onde o vice-prefeito precisou assumir no ano de 2010 e concluir a execução da LOA deste ano, além de executar em 2011 o que já estava sendo planejado antes mesmo da aprovação da Lei Ordinária. Assim, o aumento nos investimentos dessa área é percebido no ano eleitoral de 2012, onde o prefeito teve oportunidade de reeleição. O Transporte segue o mesmo comportamento do primeiro ciclo, com alta no ano pré-eleitoral.

O terceiro ciclo analisado requer maior atenção quanto às afirmativas, dado que o trabalho aqui desenvolvido foi concluído antes do fechamento do exercício referente ao ano eleitoral. A função Educação, por exemplo, apresentou um comportamento diferente ao dos outros ciclos. Há uma queda nos investimentos para essa área no ano pré-eleitoral. Quanto às demais funções, a aplicação dos recursos ocorre em um valor significativamente maior no ano pré-eleitoral de 2015, quando comparado ao ano de 2014, podendo evidenciar também neste ciclo a existência da relação entre a execução orçamentária e a proximidade das eleições.

Respondendo à questão proposta no trabalho, a relação entre execução orçamentária e os ciclos políticos eleitorais no município de Goiânia é de que, para a função Educação que apresenta resultados imediatos quando da alteração nos investimentos, houve um aumento conforme a proximidade do período eleitoral. Quanto às funções que necessitam um tempo maior para que sejam percebidas as alterações no valor do investimento, estas apresentaram uma alta nas despesas para os anos pré-eleitorais.

De maneira geral, concluiu-se que há evidências da presença de ciclos político-econômicos para as três funções analisadas dentro do período analisado, visto que foi

constatada relação entre a execução orçamentária da Prefeitura Municipal de Goiânia e o ciclo político eleitoral. Espera-se que este estudo possa servir de contribuição para posteriores pesquisas, visando ultrapassar as limitações de dados encontradas neste trabalho.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I.; ARRUDA D. **Contabilidade Pública – da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade Pública – teoria, técnica de elaboração de balanços e 500 questões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acesso em: 5 maio 2016

_____. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm> Acesso em: 5 maio 2016

_____. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em: 4 maio 2016

_____. Lei nº 4320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm> Acesso em: 5 maio 2016

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Brasília: STN, 2014.

COSTA, Leonardo de Andrade. **Finanças Públicas**. Disponível em: <https://diretorio.fgv.br/sites/diretorio.fgv.br/files/u1882/financas_publicas_2016-1.pdf> Acesso em: 5 maio 2016

COSTA, Saulo Felipe; ARAÚJO, Cletiane Medeiros; FITTIPALDI, Ítalo. **Oportunismo eleitoral ou ideologia partidária? Evidências dos ciclos político-econômicos no Brasil**. 8º ENCONTRO DA ABCP. Disponível em: <http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/12_7_2012_18_59_47.pdf> Acesso em: 8 jun. 2016

FLACH, Flávio. **Falácia do déficit zero orçamentário**. Disponível em: <http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/institucional/esgc/biblioteca_eletronica/artigos/Artigo_D%C9FICIT%20ZERO-Final2.pdf> Acesso em: 27 ago. 2016.

FREUND, J. E.; SIMON, G. A. **Estatística aplicada**. 9ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

FROSSARD, Leila Barbieri de Matos; OLIVEIRA, Marcio Luiz de Albuquerque. **Acompanhamento Orçamentário – Physical Tracking of Budget Actions**. Disponível em: <http://www.assecor.org.br/files/3813/7660/0792/rbpo_vol3_num1_acompanhamento_orcamentario.pdf> Acesso em: 19 set. 2016

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 15^a ed. Ampliada, Revista e Atualizada. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B5IOqN0ZIVHWcGd1eU4yR1JXR2s/edit>> Acesso em: 5 maio 2016

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOBBI, Simone Garcia. **Teoria dos Ciclos Político-Econômicos: Um Estudo de São Paulo e Minas Gerais**. Araraquara, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/119267/gobbi_sg_tcc_arafcl.pdf?sequence=1> Acesso em: 12 maio 2016

GOIÂNIA. Câmara Municipal. Lei nº 8383, de 28 de dezembro de 2005. **Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2006/2009**. Goiânia, GO, 2005. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/2005/ordinaria83832005.pdf> Acesso em: 17 set. 2016

_____. Câmara Municipal. Lei nº 8824, de 16 de julho de 2009. **Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2010/2013**. Goiânia, GO, 2009. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2009/do_20090727_000004662.pdf> Acesso em: 25 set. 2016

_____. Câmara Municipal. Lei nº 9127, de 29 de dezembro de 2011. **Altera dispositivos da Lei nº 8.824, de 16 de Julho de 2009 – Plano Plurianual, quadriênio 2010/2013**. Goiânia, GO, 2011. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/2011/ordinaria91272011.pdf> Acesso em: 25 set. 2016

_____. Câmara Municipal. Lei nº 9393, de 13 de janeiro de 2014. **Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017**. Goiânia, GO, 2014. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2014/do_20140123_000005761_suplemento.pdf> Acesso em: 8 out. 2016

_____. Câmara Municipal. Lei nº 9439, de 14 de julho de 2014. **Altera a Lei nº 9.393 de 13 de janeiro de 2014 – Plano Plurianual 2014/2017 e dá outras providências**. Goiânia, GO, 2014. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/Download/transparencia/orcamento/PPA_2014_2017/altera_LEI_PPA_2014_2017.pdf> Acesso em: 9 out. 2016

_____. Relatório da Execução Orçamentária - 6º bimestre/2006 e Gestão Fiscal 3º quadrimestre/2006. **Diário Oficial [do] Município de Goiânia**. Goiânia, GO, 2007. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2007/do_20070130_000004052.pdf> Acesso em: 20 ago. 2016

_____. Relatórios. **Diário Oficial [do] Município de Goiânia**. Goiânia, GO, 2008. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2008/do_20080130_000004295.pdf> Acesso em: 20 ago. 2016

_____. Relatórios. **Diário Oficial [do] Município de Goiânia**. Goiânia, GO, 2009. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2009/do_20090130_000004543.pdf> Acesso em: 20 ago. 2016

_____. Relatórios. **Diário Oficial [do] Município de Goiânia**. Goiânia, GO, 2011. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2011/do_20110128_000005034.pdf> Acesso em: 21 ago. 2016

_____. Relatórios. **Diário Oficial [do] Município de Goiânia**. Goiânia, GO, 2012. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2012/do_20120130_000005279.pdf> Acesso em: 21 ago. 2016

_____. Relatórios. **Diário Oficial [do] Município de Goiânia**. Goiânia, GO, 2013. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2013/do_20130130_000005522.pdf> Acesso em: 21 ago. 2016

_____. Relatório Resumido da Execução Orçamentária Balanço Orçamentário Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social 6º bimestre de 2014. **Diário Oficial [do] Município de Goiânia**. Goiânia, GO, 2015. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2015/do_20150130_000006014.pdf> Acesso em: 21 ago. 2016

_____. Relatório Resumido da Execução Orçamentária Balanço Orçamentário Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social 6º bimestre de 2015. **Diário Oficial [do] Município de Goiânia**. Goiânia, GO, 2016. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2016/do_20160129_000006256.pdf> Acesso em: 22 ago. 2016

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. São Paulo: Atlas, 2010.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. São Paulo: Atlas, 2010.

MINISTÉRIO DO ORÇAMENTO E GESTÃO. Portaria Nº 42, de 14 de abril de 1999, do MOG – DOU de 15.4.99. Disponível em: <<http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/portaria42.pdf>> Acesso em: 5 maio 2016

NETO, José Ferreira; FONTES, Rosa; LIMA, José Eustáquio de. **Teoria dos Ciclos Político-Econômicos: um estudo empírico para Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/06O329.pdf>> Acesso em: 11 abr. 2016

OLIVEIRA, Kleber Vasconcellos de; CARVALHO, Frederico Antonio Azevedo de. **A Contabilidade Governamental e a Teoria dos Ciclos Políticos: Uma Análise Empírica Fiscal e Contábil sobre os Municípios do Estado do Rio de Janeiro 1998/2006**. Disponível em: <http://www.congressocfc.org.br/hotsite/trabalhos_1/261.pdf> Acesso em: 8 set. 2016

PREUSSLER, Athos Prates da Silveira; PORTUGAL, Marcelo Savino. **Um estudo empírico dos ciclos político-econômicos no Brasil.** Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10740/6354>> Acesso em: 13 maio 2016

SAKURAI, Sergio Naruhiko. **Ciclos Políticos nas Funções Orçamentárias dos Municípios Brasileiros: Uma Análise para o Período 1990 – 2005 Via Dados em Pannel.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v39n1/v39n1a02>> Acesso em: 8 set. 2016

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental – Um Enfoque Administrativo.** São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, Valmir Leôncio da. **A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público – uma abordagem prática.** São Paulo: Atlas, 2012.

APÊNDICE A

Comparativo de despesas orçadas e executadas nos últimos 3 ciclos políticos

1º CICLO												
Anos	Funções						Transporte					
	Educação			Gestão Ambiental			Dotação Atualizada		Dotação Inicial		Execução	
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Execução	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Execução	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Execução	
2006	R\$ 268.459.200,00	R\$ 288.994.358,76	R\$ 252.535.989,66	R\$ 4.496.000,00	R\$ 6.340.056,16	R\$ 3.758.409,23	R\$ 150.347.000,00	R\$ 123.694.407,05	R\$ 110.099.548,71			
2007	R\$ 281.305.000,00	R\$ 310.127.808,60	R\$ 286.778.060,15	R\$ 5.307.000,00	R\$ 7.864.025,82	R\$ 4.564.500,63	R\$ 153.834.000,00	R\$ 182.788.865,47	R\$ 148.883.126,79			
2008	R\$ 275.454.000,00	R\$ 375.752.181,52	R\$ 334.128.165,40	R\$ 3.465.000,00	R\$ 5.103.549,63	R\$ 3.228.057,26	R\$ 172.934.000,00	R\$ 182.951.814,49	R\$ 164.391.557,23			

2º CICLO												
Anos	Funções						Transporte					
	Educação			Gestão Ambiental			Dotação Atualizada		Dotação Inicial		Execução	
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Execução	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Execução	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Execução	
2010	R\$ 395.579.000,00	R\$ 430.706.412,97	R\$ 390.019.289,37	R\$ 9.379.000,00	R\$ 9.412.669,69	R\$ 3.698.142,45	R\$ 90.795.000,00	R\$ 96.226.691,20	R\$ 62.167.602,03			
2011	R\$ 500.365.000,00	R\$ 521.641.205,00	R\$ 448.860.042,61	R\$ 11.310.000,00	R\$ 10.200.706,50	R\$ 2.827.707,69	R\$ 100.771.000,00	R\$ 100.785.620,05	R\$ 71.521.644,25			
2012	R\$ 564.021.000,00	R\$ 615.050.134,89	R\$ 560.254.532,34	R\$ 12.781.000,00	R\$ 12.648.000,00	R\$ 5.531.153,86	R\$ 110.660.000,00	R\$ 70.572.028,02	R\$ 58.492.963,39			

3º CICLO												
Anos	Funções						Transporte					
	Educação			Gestão Ambiental			Dotação Atualizada		Dotação Inicial		Execução	
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Execução	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Execução	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Execução	
2014	R\$ 466.096.000,00	R\$ 486.207.355,35	R\$ 405.413.735,77	R\$ 100.078.000,00	R\$ 100.078.000,00	R\$ 692.186,90	R\$ 186.220.000,00	R\$ 194.892.076,73	R\$ 59.049.987,18			
2015	R\$ 951.937.000,00	R\$ 944.850.802,93	R\$ 386.196.043,94	R\$ 86.417.000,00	R\$ 86.408.000,00	R\$ 3.485.092,67	R\$ 576.868.000,00	R\$ 589.394.085,23	R\$ 162.906.574,77			
2016												

* Foram retirados dos cálculos os valores referentes à Administração Geral, quando existentes, por não fazer parte da atividade operacional da entidade.